

ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DA REDE SOCIAL DE LOUSADA

Atualização do Diagnóstico Social

Outubro de 2015



Índice

APRESENTAÇÃO	1
PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	3
ENQUADRAMENTO	3
ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	6
PARTE II. ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO	9
DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS À DIMENSÃO ANALÍTICA CAPITAL HUMANO ..	11
DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS À DIMENSÃO ANALÍTICA EMPREGO E	
POTENCIAL ECONÓMICO	21
INDICADORES E DIMENSÕES-PROBLEMA ASSOCIADOS À DIMENSÃO ANALÍTICA CAPITAL INCLUSIVO	37
PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	47
ANEXO 1. INDICADORES RESUMO	49
ANEXO 2. INDICADORES DE REFERENCIA POR DIMENSÃO DE ANALISE	57

Índice de Quadros

Quadro 1. Evolução da estrutura de habilitações da população ativa (trabalhadores por conta de outrem) entre 1985 e 2013 no Continente, Tâmega e Sousa e Lousada	14
Quadro 2. Variação da população escolar de Lousada nos anos letivos 2009/2013 por níveis de ensino	15
Quadro 3. Peso da população escolar por nível de ensino no Continente, T&S e Lousada em 2009 e 2013	15
Quadro 4. Tx e abandono escolar em Lousada entre 1991 e 2011	16
Quadro 5. Tx de abandono precoce em Lousada entre 1991 e 2011	16
Quadro 6. Nível de escolaridade da população da Lousada com mais de 15 anos em 1981 e 2011	17
Quadro 7. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema relativos ao Capital Humano	17
Quadro 8. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica	19
Quadro 9. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por escalões etários	28
Quadro 10. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por nível de escolaridade	28
Quadro 11. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por género e motivo de desemprego	28
Quadro 12. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema relativos ao Emprego e Potencial Económico	29
Quadro 13. Evolução do Perfil do Emprego por Classe Profissional (2001-2011)	30
Quadro 14. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com retração mais evidente	31
Quadro 15. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com crescimento mais evidente	32
Quadro 16. Estabelecimentos de alojamento turístico em Lousada por modalidade e capacidade de camas (2015)	34
Quadro 17. Indicadores dos estabelecimentos de alojamento na Região do Tâmega e Lousada, 2013	35
Quadro 18. Nº de Beneficiários de RSI em Lousada por género e grupo etário (2012, 2013 e 2014)	43
Quadro 19. Taxas de Cobertura* e taxas de utilização** por respostas sociais (2013)	43
Quadro 20. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema Capital Inclusivo	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Número de desempregados	27
Gráfico 2. Percentagem de Poder de Compra	29

Índice de Mapas

Mapa 1. População com Ensino Superior (2011)	19
Mapa 2. Taxa de desemprego (CIM, 2012)	27

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIACÕES

DLD	<i>Desemprego de Longa Duração</i>
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FMC	Formações Modulares Certificadas
PAPE	Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal
PO	Programa Operacional
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

APRESENTAÇÃO

A atualização do Diagnóstico Social de Lousada corresponde à primeira componente de um novo ciclo de operacionalização do Programa Rede Social de Lousada cuja sequência lógica se materializará no Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020 e respetivo Plano de Ação.

O presente Diagnóstico Social de Lousada foi elaborado a partir de duas preocupações fundamentais (i) recolher novos dados e interpretar dados existentes sobre a realidade social do concelho de forma analítica com vista a identificar, por esta via objetiva, áreas de intervenção prioritárias a incorporar e desenvolver no PDS; (ii) e assegurar que o tipo de informação recolhido e analisado - enquanto elementos de evidência - cumpra os requisitos necessários para integrar um processo futuro de monitorização e avaliação da estratégia implementada e sirva, ao mesmo tempo, para fundamentar candidaturas a Programas de Financiamento nas áreas e domínios identificados como prioritários.

Atendendo às preocupações e aos objetivos enunciados, o documento encontra-se estruturado em *três capítulos*:

- ↳ **Enquadramento e Estratégia metodológica:** onde se apresentam os desafios que estão associados à atualização deste Diagnóstico Social, nomeadamente a discussão em torno da necessidade de se coligir informação que seja pertinente para identificar de forma clara e objetiva áreas de intervenção prioritárias no âmbito daquilo que são os propósitos do Programa Rede Social. E a articulação deste documento com outros instrumentos de planeamento do território. Esta secção contém ainda a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Diagnóstico Social, assim como a esquematização lógica da sua arquitetura.
- ↳ **Elementos de Diagnóstico:** onde se exploram elementos de diagnóstico em cada um dos domínios de análise (Capital Humano, Emprego e Potencial Económico e Capital Inclusivo), a partir de uma matriz de indicadores chave sobre pobreza e exclusão social na qual os problemas surgem hierarquizados por prioridade de intervenção e onde se faz o cruzamento dessas áreas prioritárias com os instrumentos de financiamento à disposição a curto prazo.
- ↳ **Monitorização e Avaliação:** é fundamentada a necessidade de se pensar os processos de monitorização e avaliação o mais precocemente possível, desde logo, a partir do Diagnóstico Social, produzindo categorias de informação em formato *indicadores de partida (Baselines)*.

PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

ENQUADRAMENTO

Diagnóstico Social como instrumento de suporte à ação estratégica da “Rede Social”

Os instrumentos de planeamento produzidos no âmbito do Programa Rede Social a nível local devem responder não apenas aos objetivos formais definidos normativamente, mas devem incorporar parte dos objetivos estruturantes do próprio Programa Rede Social, nomeadamente: (i) o conceito de desenvolvimento social integrado; e ii) uma matriz de planeamento integrado e sistemático.

Com efeito, os diagnósticos não devem ser meros exercícios descritivos da realidade social. Devem ser documentos analíticos capazes de sintetizar essa informação de forma muito evidente em áreas problemáticas, i.e., que constituam futuros desafios de intervenção. Um dos grandes objetivos com esta atualização é recuperar e agregar boa parte da informação descrita no anterior Diagnóstico Social (2013) e analisá-la, tendo necessariamente em vista os objetivos que regem as etapas seguintes do planeamento, nomeadamente a construção de um PDS que visa essencialmente a projeção de estratégias e medidas que respondam aos problemas identificados.

Atendendo a estes pressupostos é importante enquadrar esta atualização do Diagnóstico Social do ponto de vista conceptual e estratégico.

A *componente conceptual* prende-se com a resposta à pergunta: “Quais as dimensões do conceito de desenvolvimento social integrado que este Diagnóstico deve desenvolver no âmbito da informação a recolher?”

Atendendo ao desafio de ser um instrumento coerente com a génese e os propósitos do próprio Programa Rede Social, a Atualização do Diagnóstico Social da Lousada 2015 apresenta um conjunto de dimensões problemáticas para o desenvolvimento social do concelho. Essas dimensões foram identificadas a partir do Referencial de Coesão Social¹ (ISS, 2014) e foram precisamente essas que se constituíram como objeto de recolha de informação. A partir desta fonte documental e da sua base de dados foi possível recolher informação estatística relativa a um conjunto de dimensões analíticas respeitantes à problemática da pobreza e da exclusão social numa ótica territorial, indo, assim, de encontro ao desafio que o conceito de desenvolvimento social integrado comporta do ponto de vista da sua operacionalização.

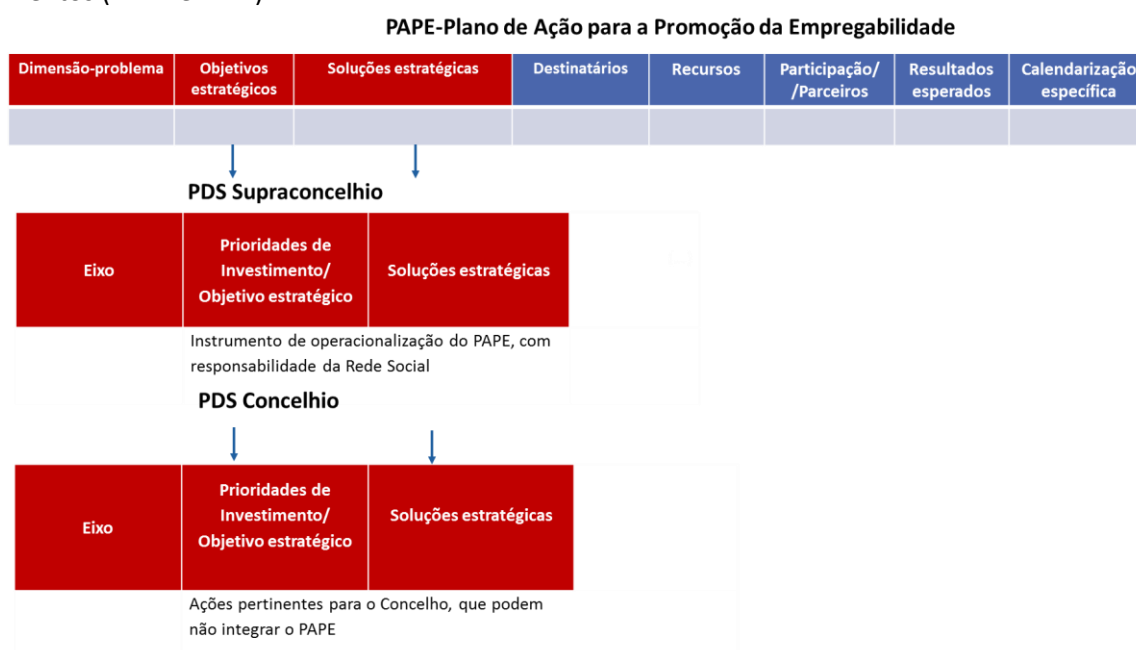
¹ O Referencial de Coesão Social, adjudicado pelo Instituto da Segurança Social, I.P. ao IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos versa a atualização do Estudo “Tipificação das situações de Exclusão em PT Continental” (2005) usado como instrumento de definição de prioridades de intervenção em programas de base territorial e investimento em equipamentos.

Desde logo, através de uma visão combinada e integrada das questões sociais e económicas em termos territoriais. Assume-se que as questões do emprego e do potencial económico, alicerçado em três setores estratégicos (indústria do vestuário, agricultura e património) devem ser entendidas como um dos eixos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. Programar e estruturar as políticas de formação profissional e as políticas ativas de emprego para os próximos anos obriga a conhecer as dinâmicas do emprego em Lousada e a identificar previamente os desafios que podem ser criados a partir de setores económicos estratégicos. Por outro lado, é um domínio estruturante no qual se alicerçam as condições de vida da população de Lousada em várias dimensões.

Paralelamente, a recolha e a sistematização dos dados que compõem este Diagnóstico Social cumpre, ainda, outros propósitos que respondem, por sua vez, à incorporação da dimensão de planeamento estratégico.

O novo paradigma da Política de Coesão perspetiva novos desafios ao nível da coordenação entre os vários níveis de planeamento e conceção das intervenções locais assente numa filosofia de territorialização das políticas públicas.

É nesse sentido que se fundamenta a construção deste novo ciclo de instrumentos de planeamento da Lousada. A Rede Social do Concelho de Lousada integra um quadro mais vasto de Redes (Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa) no seio do qual se produz planeamento estratégico ao nível da NUT III (Tâmega e Sousa). Esse planeamento deu origem a instrumentos de natureza supramunicipal, nomeadamente ao Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio, que por sua vez incorpora outros instrumentos (PAPE e PEDI).



Nesta lógica, é importante que a matriz de construção dos instrumentos de planeamento da Rede Social do concelho de Lousada esteja conectada com aqueles instrumentos estratégicos ao nível da sua arquitetura conceptual e analítica, nomeadamente, ao nível da integração de prioridades e conjugação de responsabilidades (atores e recursos materiais) e, ainda, ao nível dos processos de monitorização e avaliação, para que todos os esforços sejam compatibilizados numa lógica integrada e cumulativa.

Esta lógica de inter-relação de instrumentos cumpre precisamente a ideia de planeamento estratégico na medida em que se preveem conceções, planeamento e intervenções coerentes entre diferentes escalas de intervenção por parte dos seus atores.

Por fim, uma outra dimensão da componente estratégica do Diagnóstico Social decorre do papel decisivo que este deve assumir enquanto ferramenta central de apoio a candidaturas a projetos que venham superar/mitigar os problemas diagnosticados. Isto é, não basta produzir informação pertinente face aos objetivos do Programa, há também que produzir informação em formato adequado e que sirva de suporte aos processos administrativos inerentes a candidaturas. Concretizando esta dupla *nuance* estratégica, não obstante ter em linha de conta as dimensões de informação recolhida no âmbito de uma problemática extensa e multidimensional como é a pobreza e a exclusão social, deverá ser dada especial atenção aos conteúdos que poderão ser objeto de uma candidatura. Esta referenciação rápida constitui matéria relevante para servir de base à formulação de dossiers de candidatura em consonância com as prioridades de investimento do novo quadro de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), materializados nas tipologias de ação a que o município de Lousada e as Entidades Parceiras poderão concorrer, como o caso do PO Norte, POISE e POCH.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Diagnóstico Social – primeiro passo de um Modelo Lógico Integrado

A construção conceptual e metodológica deste Diagnóstico Social tem por base a adoção de um Modelo Lógico. O Modelo Lógico constitui uma ferramenta preciosa para o planeamento e avaliação de políticas, programas ou projetos. Esta descreve as ligações lógicas entre um problema ou situação específica, o projeto que lhe pretende responder e os respetivos recursos, atividades e resultados.

Considerando o conjunto de componentes que prefiguram um Modelo Lógico, o presente Diagnóstico Social constitui a base desse modelo. É aqui que se define a situação de partida e que se identificam os problemas a que o território/rede deseja responder. É através das situações de partida demonstráveis em termos de indicadores que se pode na fase seguinte desenhar prioridades.

Antes de se passar ao desenho e definição de soluções, é necessário consensualizar as evidências demonstradas de forma participada. Só a assunção conjunta dos problemas trará soluções e resultados partilhados. Por isso, este diagnóstico foi apresentado e validado em sessão de trabalho com um número muito alargado de elementos pertencentes à rede social de Lousada.

Considerando o Diagnóstico Social como o primeiro passo de um modelo lógico houve necessidade de produzir uma síntese diagnóstica cujos conteúdos e resultados sejam mobilizáveis na fase seguinte. Em primeiro lugar, os indicadores descritores da *dimensão problema* deverão ser adotados, sempre que possível, como *Baselines* de monitorização e avaliação de resultados quando forem pensadas as metas em função do tipo de investimento proposto em termos de planeamento estratégico e medidas de ação para cada dimensão problema identificada neste diagnóstico.

Em segundo lugar, o nível de priorização a que as dimensões problema foram sujeitas deverá implicar um olhar diferenciado em termos de intervenção estratégica, mas cruzado entre elas, pois todas se apresentam como dimensões enquadradoras do fenómeno da pobreza e da exclusão social do ponto de vista territorial. Por outro lado, existem dimensões problema que foram descompostas por sub-dimensões e cuja intensidade das mesmas para a incidência do fenómeno é diferenciada. Nesses casos, essa intensidade é mensurável pelo índice que lhe está associado. Quanto maior for o valor inscrito nesse índice, mais influência essa sub-dimensão exerce sobre o resultado final da dimensão problema.

Arquitetura do Diagnóstico Social da Lousada

O retrato quantitativo e qualitativo do concelho da Lousada é apresentado na II parte deste Documento – *Elementos de Diagnóstico* e é alimentado por três fontes de informação:

- Referencial de Coesão Social (ISS, 2014)
- PDS Supraconcelhio Tâmega e Sousa (2015)
- Diagnóstico Social da Lousada (2013)

Através do *Referencial de Coesão Social*, apresenta-se o comportamento do concelho de Lousada face a um conjunto de matérias que sintetizam a realidade social do concelho de Lousada a partir da informação disponível no âmbito do sistema estatístico nacional. As dinâmicas sociais aí descritas permitem identificar de forma rápida áreas de intervenção prioritária por comparação a outras na medida em que os indicadores mobilizados foram sujeitos a uma classificação sobre o seu nível de incidência no território através de um *índice compósito*. Será o valor/comportamento desse índice que irá classificar o nível de prioridade que cada problema/dimensão reflete: *fraca, média ou elevada*.

De forma a complementar este retrato de base quantitativa e estatística, recupera-se um produto de base qualitativa realizado no âmbito do *PDS Supraconcelhio* onde um conjunto de atores representativos do concelho da Lousada se posicionou face a uma lista sistematizada e exaustiva de dimensões-problema que foram objeto de priorização multi-etápica e multi-critério², através de um exercício suportado na dinâmica da metodologia GUT: atribuição de uma escala de pontuações aos critérios de Gravidade, Urgência e Tendência.

Por último, recorre-se, ainda, a dados coligidos no âmbito do Diagnóstico Social (2013) e atualizam-se os principais indicadores que orientaram a estrutura daquele Diagnóstico (Anexo 1) e incorporam-se alguns dados/informação fornecidos por parceiros estratégicos da Rede Social de Lousada no sentido de complementar alguns dos indicadores mais relevantes neste Diagnóstico para o concelho de Lousada.

O conjunto de dados recolhidos será apresentado e analisado a partir de três *Domínios de Análise* analíticas-chave.

- Capital Humano
- Emprego e Potencial Económico
- Capital Inclusivo

² Foram priorizadas as soluções estratégicas consideradas mais relevantes para (a) o desenvolvimento e diversificação de atividades económicas, (b) a criação/manutenção de emprego (direto ou indireto) e (c) o combate à exclusão social.

A opção por tal arrumação analítica prende-se, por um lado, com a dimensão da adequação lógica aos instrumentos de planeamento supramunicipal, nomeadamente ao Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Tâmega e Sousa e, por outro, às exigências formais que perfazem a realidade dos processos de candidatura a programas como o POISE, POCH e o PO Norte e o tipo de organização temática previsto nesses programas (p.e. Programa Operacional Capital Humano; Programa Operacional Inclusão Social e Emprego).

Assim, as dimensões analíticas de base que categorizam o conjunto de elementos de diagnóstico da Rede Social de Lousada são partilhadas pelo PDS Supraconcelhio e facilitam a compreensão dos problemas em causa de forma mais integrada, supondo em termos resolutivos um planeamento integrado de políticas e de setores.

PARTE II. ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

A segunda componente deste *Diagnóstico Social*, agora relativa aos elementos de diagnóstico, inicia com uma síntese extraída do documento *Referencial para a Coesão Social* (ISS, 2014), e que diz respeito ao Perfil Territorial de Pobreza e Exclusão Social (10 grupos) em que o concelho de Lousada se integra – *Perfil do Desemprego* - não sendo contudo um dos concelhos mais representativos deste Grupo3.

Pobreza e Exclusão Social | Perfil 5 | Desemprego

O desemprego é o fator de exclusão dominante. Este grupo é bem ilustrativo dum perfil de desemprego num contexto de trabalho estruturado: a exposição à pobreza por falta de recursos, maior endividamento, mais encargos e, simultaneamente, um contexto mais inclusivo decorrente de uma forte cobertura dos mecanismos de proteção social (via prestações sociais e dinamismo de organizações de apoio social), bem como modelos familiares menos vulneráveis à exclusão (p.e., prevalência de famílias polinucleares e fraca expressão de famílias institucionais ou de idosos a viver sem familiares).

Caracteriza-se por pertencer ao **perfil tipo dos territórios de Industrialização Difusa** que aliás agrupa a maior parte dos concelhos que partilham o mesmo perfil tipo de pobreza e exclusão social.

Este é um grupo que assume a expressão dos Concelhos de industrialização difusa, nomeadamente uma boa parte da região (NUT III) do Tâmega e Sousa. Trata-se de um grupo inserido numa categoria onde a exclusão associada ao desemprego assume a forma mais explícita.

Este grupo marca uma rutura com os grupos anteriores pela menor influência dos fatores do envelhecimento, isolamento e inatividade. Por outro lado, começam a notar-se alguns fatores críticos que correspondem às fragilidades associadas ao endividamento e encargos com habitação.

É um grupo inserido no perfil de Exclusão pelo Desemprego e que apresenta traços mais urbanos. Outras das características deste grupo reside na forte dependência das prestações sociais (subsídio de desemprego, abono de família, incapacidade para o trabalho). Considerando as características da dinâmica económica destes concelhos, nomeadamente o seu tecido empresarial, sugere-se a presença de modelos de trabalho bastante estruturados, acompanhados por mecanismos de proteção social igualmente estruturados.

Ainda como dimensões discriminantes deste grupo, deve registar-se a expressão de fracas condições do alojamento, nomeadamente o alojamento em sobrelotação.

Porém, convém destacar dimensões que funcionam como atenuantes das situações de exclusão neste grupo específico. A este grupo corresponde, de facto, uma das regiões mais jovens do país e uma fraca incidência dos idosos que vivem sem familiares. Este aspeto evidencia a família como um fator relevante de inclusão social, o que é demonstrado pela incidência elevada de famílias polinucleares.

Igualmente como atenuante, do ponto de vista do capital inclusivo dos territórios, embora se registam fragilidades ao nível da cobertura das respostas sociais, existe uma manifesta compensação pela dinâmica das Redes Sociais (neste grupo encontram-se algumas das Redes Sociais mais dinâmicas do país), medida a partir do grau de atualização dos instrumentos de planeamento da intervenção social, bem como do grau de afetação de técnicos da Rede Social.

Paralelamente é importante evidenciar alguns indicadores de natureza demográfica que deverão ser tidos em conta na análise das dimensões problema que retratam a realidade social e económica do concelho de Lousada.

³ O grupo de concelhos que compõe o Perfil Territorial no qual Lousada se inscreve inclui os seguintes municípios de Portugal Continental: Abrantes, Amarante, Condeixa-a-Nova, Felgueiras, Guimarães, Marco de Canavezes, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vizela.

Do conjunto desses indicadores demográficos, devem ser destacados (por apresentarem melhores resultados face ao contexto da NUT III e ao território nacional) alguns dados que constituem dinâmicas e oportunidades a ter em linha de conta no desenho das estratégias futuras:

- *o peso da população jovem em 2012 (17,9% da população do concelho de Lousada tem menos de 15 anos);*
- *o peso da população em idade ativa em 2012 (71,2% da população tem entre 15 e 64 anos);*
- *a taxa de emprego em 2011 (54%); e*
- *o índice de envelhecimento em 2012 (61,4 idosos por cada 100 jovens)*

De seguida apresentam-se as matrizes de indicadores, distribuídas pelos três principais *Domínios de Análise* (1. *Capital Humano*; 2. *Potencial Económico e Emprego*; e 3. *Capital Inclusivo*).

DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS AO DOMÍNIO DE ANÁLISE
CAPITAL HUMANO

MATRIZ DE INDICADORES CAPITAL HUMANO

Dimensão Problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Baixos níveis de qualificações escolares	Saída antecipada do sistema de ensino			33,8
	Taxa de abandono escolar	1,08	INE, Censo 2011	
	Indivíduos 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	15,7%	INE, 2011	
	Indivíduos 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	1,1%	INE, 2011	
	Pop. 15-19 anos que não concluiu o 3º ciclo do ensino básico	4,1%	INE, 2011	
	Baixa escolarização			43,0
	Taxa de analfabetismo	5,1%	INE, 2011	
	Pop. residente >15 anos sem nenhum nível de escolaridade	5,7%	INE, 2011	
	Pop. residente >15 anos só com o 1º ciclo do ensino básico	35,7%	INE, 2011	
	Trabalhadores por Conta d'outrem com 1º ciclo do ensino básico	22,2%	INE, 2011	
	Pop. residente >15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino	57,6%	INE, 2011	
Desqualificação do trabalho	Profissões desqualificadas			65,1
	% Pop. empregada nos grupos CNP 7,8,9 (pouco qualificadas) face ao total da pop. empregada	61,9	INE, 2011	
	% Pop. empregada no grupo CNP 9 (trabalhadores desqualificados) face ao total da pop. empregada	11,9	INE, 2011	
	Desqualificação escolar da população ativa			81,7
	% População ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	50,4%	INE, 2011	
	% População ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico	28,5%	INE, 2011	

■ Dimensão de prioridade intermédia

■ Dimensão de prioridade elevada

Fonte: ISS, 2014, adaptado IESE 2015

Os valores recolhidos a partir do Referencial para a Coesão Social e enquadráveis no Domínio de Análise *Capital Humano* sugerem que a **Desqualificação escolar da população ativa** medida por dois indicadores (54% da população ativa da Lousada tem escolaridade inferior ao terceiro ciclo do ensino básico e 28,5 da população ativa tem escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico) seja o problema com maior índice de incidência (81,7) a merecer um nível de prioridade de intervenção muito elevado para resolver a *dimensão problema* - **Desqualificação do Trabalho**.

Aquele problema, remissível, em parte, para a fragilidade da estrutura das qualificações da população, assume contornos comuns aos concelhos que perfazem a Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa. Tem sido um problema sobejamente identificado por diferentes documentos de diagnóstico ao longo

dos anos e, mais recentemente, identificado a um nível estratégico e concertado por via do PAPE e do PDS supraconcelhio.

Para se ficar com uma perceção evolutiva dos últimos 30 anos, veja-se como é que a fatia mais relevante da população ativa, *os trabalhadores por conta de outrem*, se distribui por níveis de escolaridade em 1985 e em 2013.

Quadro 1. Evolução da estrutura de habilitações da população ativa (trabalhadores por conta de outrem) entre 1985 e 2013 no Continente, Tâmega e Sousa e Lousada

Níveis de escolaridade	1985			2013		
	Continente	T&S	Lousada	Continente	T&S	Lousada
Sem nível de escolaridade	156.990	3.793	341	16.634	710	74
1º Ciclo	939.248	29.176	3.022	337.334	21.595	2.191
2º Ciclo	232.427	4.281	483	382.168	29.704	4.118
3º Ciclo	206.177	1.525	144	619.031	25.737	3.245
Ensino secundário	88.503	705	44	595.258	13.862	1.240
Ensino Superior	47.206	243	12	428.762	6.542	604
Total	1.716.781	40.201	4.066	2.384.121	98.223	11.480

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

Por outro lado, a estrutura do emprego, na perspetiva do desempenho de profissões pouco exigentes em qualificações, também assume um peso significativo (com um índice de incidência de 65,1) na definição da **Desqualificação do Trabalho** enquanto dimensão mais problemática deste Domínio de Análise. Quase 62% da população empregada enquadra-se nas categorias profissionais menos qualificadas de acordo com a Classificação Nacional de Profissões.

Ainda assim, convém dar nota que, entre 2004 e 2012, do conjunto das variações relativamente à distribuição da população empregada por categorias profissionais, aquela que refletiu uma variação positiva mais relevante aconteceu na categoria *especialistas de profissões intelectuais e científicas* (4,2%) enquanto a variação mais significativa em sentido contrário, deu-se precisamente com a diminuição (7,7%) do número de trabalhadores na categoria *operários, artificies e trabalhadores similares*.

Com o **nível de prioridade intermédia de intervenção** surge o problema **Baixo Nível de Qualificações Escolares** caracterizado por duas sub-dimensões: *saída antecipada do sistema de ensino* e *baixa escolarização*. A alteração relativamente recente no quadro da escolaridade obrigatória - 12 anos na escola - merece uma leitura atualizada de alguns dos indicadores relativos à determinação do insucesso escolar, da saída antecipada do ensino e da composição da estrutura das habilitações da população.

Não levando em linha de conta esta nova realidade, os dados recolhidos evidenciam a necessidade de medidas que deem continuidade de investimento em estratégias que, por um lado, combatam a saída

antecipada do sistema escolar e, por outro, melhorem o nível considerado baixo de qualificações da população em geral, nomeadamente no incremento de condições e incentivos para o aumento do número de indivíduos que concluem o ensino obrigatório (secundário) e o ensino superior atendendo, para este último desígnio, à evocação da meta a nível europeu de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre os 30-34 anos.

A população em idade escolar e a frequentar a escola ao nível dos diferentes níveis de ensino tem vindo a perder peso em todos os níveis de escolaridade, pese embora a estrutura etária da população de Lousada ser das mais jovens do país e a taxa de natalidade ser superior à média nacional.

Quadro 2. Variação da população escolar de Lousada nos anos letivos 2009/2013 por níveis de ensino

Níveis de escolaridade	2009-2013		
	Continente	T&S	Lousada
Pré-escolar	2,1	-3,6	-0,7
1º Ciclo	-3,0	-4,6	-5,4
2º Ciclo	-5,2	-7,6	-7,7
3º Ciclo	-8,9	-13,0	-7,0
Ensino secundário	-3,1	-6,2	-2,3
Total	-4,6	-7,5	-5,0

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

O ciclo escolar com maior peso em 2009 situava-se no 3º nível de escolaridade absorvendo quase 30% da população escolar (contabilizada para o efeito até ao secundário). Passados 4 anos, é o primeiro ciclo que absorve a maior fatia da população escolar com quase 27% do total da população escolar.

Quadro 3. Peso da população escolar por nível de ensino no Continente, T&S e Lousada em 2009 e 2013

Níveis de escolaridade	2009			2013		
	Continente	T&S	Lousada	Continente	T&S	Lousada
Pré-escolar	13,3	11,7	12,4	15,2	14,2	15,3
1º Ciclo	23,5	24,4	27,4	25,0	25,1	26,8
2º Ciclo	13,1	14,9	14,8	14,3	15,1	15,5
3º Ciclo	25,6	29,3	29,1	22,7	26,1	25,7
Ensino secundário	24,5	19,7	16,4	22,7	19,5	16,6
Total	100	100	100	100	100	100

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

Por outro lado, e em termos comparativos, Lousada é o segundo concelho do país, num ranking de 25 concelhos, cuja taxa de abandono escolar⁴ entre 1991 e 2011 sofreu um decréscimo mais acentuado. Esta transformação terá, tal como afirmam alguns especialistas (Atlas da Educação, 2013), como principal causa o fim do trabalho infantil na indústria transformadora do têxtil.

⁴ O cálculo da taxa de abandono escolar: nº de indivíduos entre os 10-15 anos sem o 9º ano/população residente entre 10-15anos*100

Quadro 4. Tx e abandono escolar em Lousada entre 1991 e 2011

Taxa de abandono escolar	1991	2001	2011	Variação 1991-2011
Lousada	32,14	6,61	1,18	30,96

Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015.

Algumas das explicações para enquadrar o fenómeno do abandono escolar e da saída escolar precoce ou abandono precoce⁵ assentam nas taxas baixas de desemprego jovem e concomitantemente na desvalorização social da educação. Em situação de escolha entre mais um ano de escolarização e a inserção precoce no mercado de trabalho, esta segunda opção tende a prevalecer para uma parte significativa da população.

Portugal protagonizou a mais relevante descida do abandono precoce na Europa, durante as duas últimas décadas. Não obstante este esforço (a taxa entre 1991 e 2011 foi reduzida para metade), Lousada integra, nesta matéria, o top 25 dos concelhos com as taxas de abandono precoce mais elevadas em 2011.

Quadro 5. Tx de abandono precoce em Lousada entre 1991 e 2011

Taxa de abandono precoce	1991	2001	2011	1991-2011
Lousada	88,28	73,85	45,88	42,40

Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015.

Uma última nota sobre a evolução que a população de Lousada regista em termos da sua estrutura de qualificações em trinta anos.

Regista-se um salto qualitativo muito significativo acompanhando a tendência generalizada de uma população mais escolarizada, contudo há traços que merecem ser atendidos, uma vez que são ainda reveladores de níveis de escolaridade relativamente baixos face às médias nacionais:

- ✓ A proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade sem ensino secundário completo ainda se situa nos 50,37%;
- ✓ População residente com 15 ou mais anos sem ensino superior – 83,7 % (T&S – 82,3%).

⁵ O cálculo da taxa de saída escolar precoce ou abandono precoce - nº indivíduos entre os 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário/população residente entre os 18-24 anos *100.

Quadro 6. Nível de escolaridade da população da Lousada com mais de 15 anos em 1981 e 2011

Níveis de escolaridade	1981			2011		
	Continente	T&S	Lousada	Continente	T&S	Lousada
Sem nível de escolaridade	2.549.479	118.163	9.934	884.705	44.538	4.033
1º Ciclo	2.712.847	117.262	12.295	2.322.454	120.523	12.660
2º Ciclo	736.267	18.554	1.735	1.082.748	63.919	7.747
3º Ciclo	495.054	6.975	595	1.636.402	66.114	7.844
Ensino secundário	222.016	2.356	163	1.355.254	39.397	3.904
Ensino Medio	82.776	2.183	150	83.485	2.077	189
Ensino Superior	151.896	1.218	95	1.198.453	22.196	2.195
Total	6.978.221	266.914	24.988	8.563.501	358.764	38.572

(Fonte: Pordata, adaptado IESE, 2015)

Para efeitos complementares de leitura dos dados observados anteriormente, é importante recuperar aquele que foi o exercício participado, levado a cabo aquando a realização do PDS Supraconcelhio do Tâmega e Sousa. Do conjunto de dimensões problema enquadráveis no presente *Domínio de Análise*, as dimensões mais críticas para o concelho de Lousada surgem associadas ao grau de habilitações da população ativa residente, ao insucesso escolar e ao risco ou situação de pobreza. Acresce que duas das três dimensões referidas (o grau de habilitações da população ativa residente e o insucesso escolar) são objeto de priorização mais elevada comparativamente ao comportamento global do Tâmega.

Este nível de posicionamento dos atores vem reforçar alguns dos dados observados anteriormente, nomeadamente aqueles que evidenciam a necessidade de intervir ao nível da estrutura de qualificações dos ativos.

Quadro 7. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema relativos ao Capital Humano

	Lousada	NUT T&S
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Insucesso escolar		
Abandono escolar		
Analfabetismo		

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

“Em termos nacionais, o Tâmega e Sousa evidencia níveis habilitacionais dos seus empregados significativamente abaixo do registado nas unidades de referência e na União Europeia: menos de 1/3 da população empregada possuía, em 2011, o Ensino Secundário e Superior. As assimetrias qualificantes assumem particular destaque nos concelhos mais industrializados: Felgueiras, Paços de Ferreira e **Lousada** (mais de 70% da população empregada não ultrapassa o Ensino Básico).”

A segunda dimensão-problema, respeitante ao **insucesso escolar**, pelo facto de ser uma dimensão que agrega uma diversidade de indicadores merece ser abordada em paralelo com outra dimensão problema, a do **abandono escolar**, que por sua vez, surge neste exercício posicionada com o segundo nível de prioridade e, mais uma vez, pior posicionada face ao conjunto de territórios que se enquadram na NUT *Tâmega e Sousa*.

Apesar dos dados quantitativos não serem demonstrativos de uma situação tão crítica como aquela que os atores percecionam, convém referir que o seu posicionamento assenta, por um lado, numa lógica comparativa e relativa face à tendência global da sub-região em causa e, por outro, pode resultar de uma perceção mais completa sobre o fenómeno da escolaridade no concelho, onde entram outras variáveis que não foram trabalhadas ao nível dos indicadores macro, como por exemplo, o peso da população com mais de 18 anos que tenha concluído o ensino secundário e o peso da população entre os 30 e os 34 que tenha concluído o ensino superior.

Se estes dois indicadores forem mobilizados na apreciação global sobre o insucesso escolar e o abandono precoce do ensino, tomando aliás em linha de conta o recente alargamento da escolaridade obrigatória para o nível secundário, é esperável que alguns dados de cariz estatístico e quantitativo assumem valores ainda mais preocupantes.

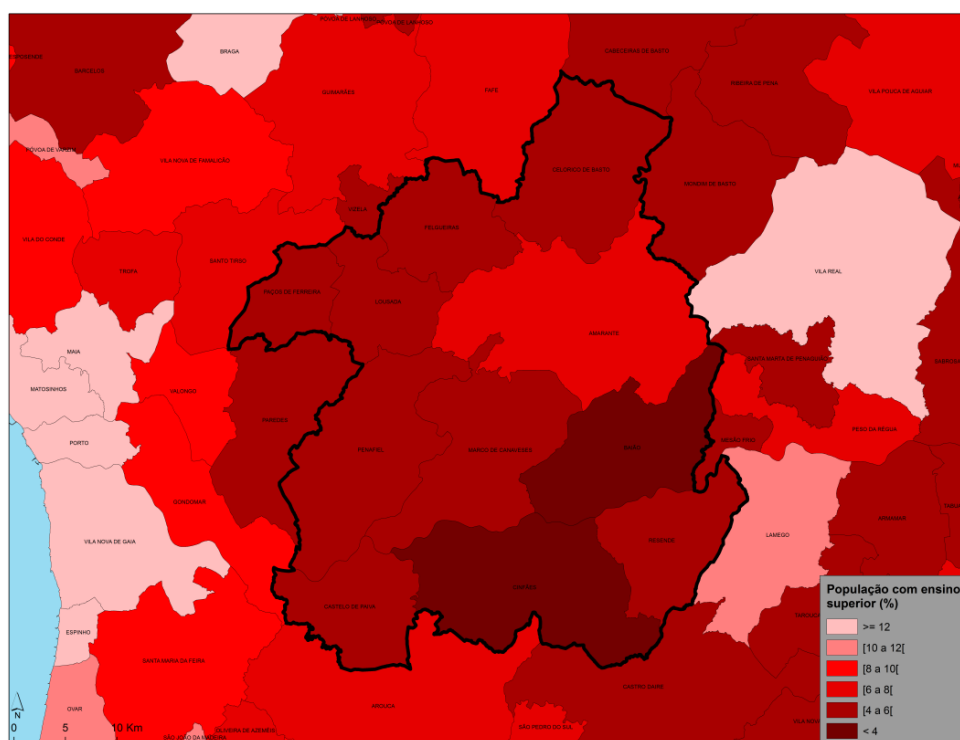
Nessa lógica de confronto e de complemento dos elementos de diagnóstico veja-se, por exemplo o posicionamento do Tâmega relativamente às restantes NUT III da Região Norte no que toca a taxa bruta de escolarização no ensino secundário, em que se observa uma taxa de 96,3%, espelhando uma distância ainda significativa em relação às restantes NUTS III deste espaço regional, assim como o baixo nível de população com ensino superior em Lousada situado entre os 4 e os 6%, manifestamente inferior aos 13,8% registados no Continente.

Quadro 8. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica

	2004/05	2010/11
Portugal	107,6	134,9
Continente	108,3	136,3
Norte	93,7	131,7
Minho-Lima	102,9	169,6
Cávado	101,7	138,3
Ave	87,1	114,3
Grande Porto	107,4	147,7
Tâmega	64,9	96,3
Entre Douro e Vouga	82,6	116,8
Douro	102,2	152,3
Alto Trás-os-Montes	102,8	149,2

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC-INE, Pordata.

Mapa 1. População com Ensino Superior (2011)



Ou, ainda, dados extraídos do Diagnóstico Social 2013 que referem que a taxa de abandono escolar precoce do ensino em Lousada surge como a mais elevada de entre os concelhos do território continental com valores a rondar os 46% (Atlas da Educação 2013").

É com base neste tipo de dados que a perceção de atores relevantes e informados sobre as dinâmicas sociais do concelho e da sub-região emerge de forma mais crítica face aos dados quantitativos identificados anteriormente com base nos Censos de 2011 e com algumas limitações, desde logo espelhando uma realidade assente na escolaridade obrigatória completa de nove anos.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

O perfil de problemas identificados encontra ampla correspondência com a estratégia de concretização dos objetivos da Estratégia Portugal 2020 e com programação dos FEEL, no período 2014-2020, no âmbito da qual se inscreve a ambiciosa meta para 2020 de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos. Com efeito, o Programa temático dedicado ao Capital Humano adota a quantificação de metas e a concentração de recursos de forma estritamente articulada com os indicadores da Agenda 2020, assumindo a hierarquia de preocupações em torno da redução do abandono escolar e da participação no ensino superior.

Desta forma, o POCH focaliza a sua prioridade nos **jovens e adultos jovens, na diversificação da oferta do ensino superior e na valorização da formação em contexto de trabalho**. Os investimentos na **qualificação da população adulta com baixas qualificações** encontram-se concentrados no quadro do POCH (com exceção da complementaridade com o POISE no âmbito das FMC), mas convoca a articulação entre os PO temáticos do Capital Humano e da Inclusão Social e Emprego e os PO Regionais.

Em síntese, partindo das evidências das dimensões-problema apresentadas, e em articulação com PDS Supraconcelhio, aprofunda-se a necessidade de implementar um conjunto de soluções estratégicas dedicadas a:

- Elevar os níveis de escolarização da população em idade ativa;
- Elevar a proporção da população com habilitações equivalentes ao ensino superior; e
- Melhorar a relação entre formação e mercado de trabalho.

**DIMENSÕES-PROBLEMA E INDICADORES ASSOCIADOS À DOMÍNIO DE ANÁLISE
EMPREGO E POTENCIAL ECONÓMICO**

Matriz de Indicadores sobre Emprego e Potencial Económico

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Inatividade	Pensionistas/Pop. empregada	0,45	INE/MSESS, 2012	
	% Pop. sem atividade económica (na pop. 15 ou mais anos)	37,8	INE, Censo 2011	
	% Famílias com 3 ou mais pessoas sem nenhuma pessoa ativa (cf. Mapa em Anexo).	2,6	INE, Censo 2011	
	% Mulheres 25-64 anos sem atividade económica face ao total das mulheres de 25-64 anos.	29,8	INE, Censo 2011	
	% Homens 25-64 anos sem atividade económica face ao total de homens de 25-64 anos.	15	INE, Censo 2011	
	% Pop. 15-64 anos sem atividade económica face ao total da pop. de 15-64 anos.	28,3	INE, Censo 2011	
Fraca Intensidade Laboral	Trabalho a tempo parcial			44,6
	% Pop. empregada com menos de 15h de trabalho semanal.	4	INE, Censo 2011	
	Fraca intensidade do trabalho			24,5
	% Pop. empregada com menos de 30h de trabalho semanal.	6,8	INE, Censo 2011	
	% Pop. empregada com menos de 35h de trabalho semanal.	8,3	INE, Censo 2011	
	Trabalho sazonal/ esporádico/ precário			24,3
Autoconsumo para suprimir necessidades	% Pop. sem atividade económica em que o trabalho é o principal meio de vida (na pop. 15 ou mais anos sem atividade económica).	3,63	INE, Censo 2011	
	% Pop. empregados por conta-própria ou isolados e trabalhadores familiares não remunerados em profissões da agricultura ou pesca - CNP 6.	0,5	INE, Censo 2011	
Desemprego	% Agricultores de subsistência.	0,3	INE, Censo 2011	
	Taxa de desemprego	13,2	INE, Censo 2011	
	Taxa de desemprego nos censos – dif. 2011-2001	9,6	INE, Censo 2011	
	Desemprego longa duração			77,3
	% Desempregados de longa duração (1 ano ou mais)	50,6	INE, Censo 2011	
	Desemprego Jovem			13,8
	% Pop. 15-24 anos desempregada na população ativa de 15-24 anos	18,0	INE, Censo 2011	
	Desemprego idades mais ativas			41,3
	% Pop. 30-50 anos desempregada na pop. ativa dos 30-50 anos	11,1	INE, Censo 2011	
	Desemprego + 45 anos			62,3
	% Pop. 45-64 anos desempregada no total da pop. ativa desta faixa etária	16,0	INE, Censo 2011	
	Desemprego feminino			38,5
	Taxa de desemprego feminina (Censo 2011)	14,7	INE, Censo 2011	
	% Mulheres 25-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 25-64 anos	14,0	INE, Censo 2011	
	% Mulheres 15-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 15-64 anos	14,8	INE, Censo 2011	

■ Dimensão de prioridade fraca

■ Dimensão de prioridade intermédia

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Desemprego (cont.)	Desemprego masculino			47
	Taxa de desemprego masculina	12,0	INE, Censo 2011	
	% Homens 25-64 anos desempregados na população ativa masculina de 25-64 anos	11,3	INE, Censo 2011	
	% Homens 15-64 anos desempregados na população ativa masculina de 15-64 anos	12,0	INE, Censo 2011	
	Desemprego vulnerável à família			29,8
	% Pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	1,1	INE, Censo 2011	
	% Pessoas em famílias com 2 ou mais ativos em que todos os ativos estão desempregados	12,6	INE, Censo 2011	
	Desemprego vulnerável à família com filhos			30,9
	% Núcleos familiares com filhos em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos	19,3	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares com filhos com menos de 25 anos de idade em que os pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <25 anos de idade	11,2	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos de idade em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <15 anos de idade	7,6	INE, Censo 2011	
Decréscimo do Rendimento entre 2008-2012	Variação dos valores médios dos levantamentos das Caixas Multibanco entre 2008 e 2012.	-1	INE, SIBS	
Rendimento	Índice de Poder de Compra - Indicador <i>per capita</i>	64,55	INE 2011	2,9
	Ganho médio mensal dos Trabalhadores por Conta-de-outrem.	689	INE 2011	
	IRS <i>per capita</i> .	218	DGCI 2011	
Endividamento	Depósitos bancários / crédito concedido (valores globais).(média triénio 2010-2012)	0,99	INE	87,5
	Depósitos bancários de clientes /crédito para habitação concedido (valores globais) (média triénio 2010-2012)	1,4	INE	
Poupança	Depósitos bancários de clientes por habitante. (2010/2011/2012)	4,6	INE	0
Encargos com a habitação	% Famílias com encargos de habitação (face ao total de famílias).	48,6	INE, Censo 2011	61,4
	% Famílias com encargos de habitação > 200 euros (face ao total de famílias).	34,0	INE, Censo 2011	

■ Dimensão de prioridade intermédia

■ Dimensão de prioridade elevada

Fonte: ISS, 2014, adaptado pelo IESE, 2015.

A partir do levantamento de informação relativo ao Domínio de Análise *Emprego e Potencial Económico* ressaltam quatro dimensões problema com a classificação de prioridade elevada uma vez que revelam níveis de incidência elevados constituindo-se, por isso, fatores críticos de vulnerabilidade da população de Lousada à situação de pobreza e exclusão social. Este conjunto de dimensões

problema tem em comum a capacidade de pôr em evidência a fragilidade e a precarização das condições de vida material da população de Lousada.

O primeiro fator diz respeito à dimensão problema **Rendimento das Famílias**, analisável por via de três indicadores, o índice do poder de compra, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o IRS *per capita*. Relativamente ao primeiro indicador constata-se um valor muito pouco favorável à população de Lousada, traduzido da seguinte forma: cada habitante vive com aproximadamente 65% do poder de compra de um habitante médio ao nível do território continental.

Sobre o ganho médio mensal dos TCO, e porque esta é a fatia mais significativa da população empregada (84,6% da população empregada em 2011), os valores registados (689 euros) demonstram, mais uma vez, condições de vida bastante abaixo das que se verificam em termos globais (867€ para o Continente de acordo com os dados apresentados no último Diagnóstico Social), tornando Lousada no concelho com o penúltimo ganho médio mensal mais baixo do continente. Sobre o IRS *per capita*, Lousada apresenta um valor de 218 euros, colocando o concelho no grupo de concelhos com os valores de IRS *per capita* mais baixos.

A segunda dimensão problema reporta-se à questão do **endividamento das famílias**, mensurável para estes efeitos a partir de dois indicadores: diferença entre os Depósitos bancários sobre o crédito concedido e a diferença entre o valor dos depósitos bancários de clientes sobre o crédito concedido para habitação. Face ao primeiro indicador, o resultado obtido aponta para uma situação clara de endividamento das famílias na medida em que os depósitos bancários destas não cobrem os valores de empréstimo concedidos. Por outro lado, regista-se uma posição um pouco melhor relativamente à situação do crédito à habitação, concluindo-se que os depósitos bancários dos clientes representam 1/4 do capital emprestado em habitação pela banca. Ainda assim, e reportando a situação dos outros concelhos no continente, a Lousada posiciona-se relativamente a este indicador no 2º quantil de concelhos com os valores mais preocupantes.

Ao nível da terceira dimensão problema, a **Poupança**, o indicador utilizado para caracterizar esta questão posiciona o concelho da Lousada de forma inequívoca em último lugar entre os 278 concelhos do continente, apresentando a taxa mais baixa relativa a Depósitos Bancários por habitante (4,6).

Por último, os **Encargos com a habitação** surgem também como uma dimensão problema de elevada incidência no concelho da Lousada. A partir dos indicadores mobilizados (% de famílias com encargos para habitação e % das famílias com encargos superior a 200 euros com habitação), resulta uma posição alocada ao 2º quantil de concelhos no qual se verificam percentagens elevadas de encargos com habitação e de encargos com habitação superiores a 200 euros mensais.

Estes dados, nomeadamente os que revelam os baixos rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem, já tinham sido descritos e enquadrados do ponto de vista da sub-região no PDS Supraconcelhio: “considerando o ganho mensal dos TCO, o Tâmega é a sub-região com a média mais baixa, em todos os setores de atividade (única exceção são os valores médios auferidos pelos trabalhadores do sector terciário no Alto Trás os Montes). Apenas Amarante e Penafiel ultrapassam a média de 800€ mensais e é nos concelhos mais industrializados que os rendimentos auferidos são mais baixos: Felgueiras, Paços de Ferreira e **Lousada**.”

Embora a dimensão problema do **desemprego** esteja classificada como dimensão de incidência intermédia, não é despiciente observar-se as dinâmicas específicas que caracterizam a estrutura do desemprego em Lousada a partir de uma observação mais fina dos indicadores disponíveis na matriz e de outros dados relevantes para o efeito.

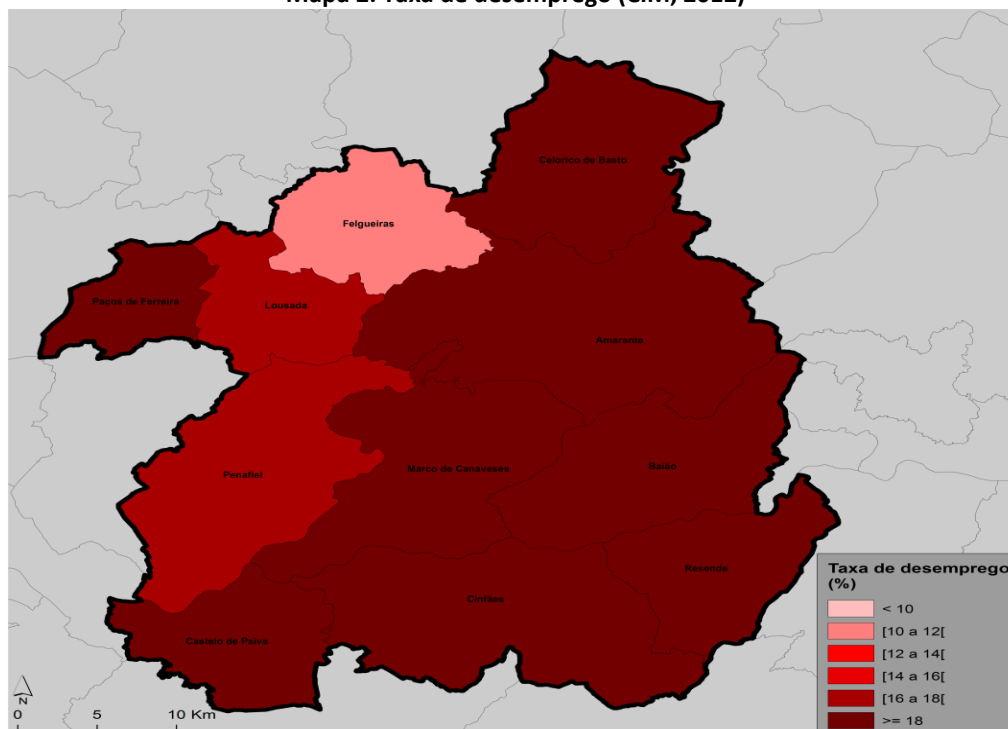
Para as diferentes componentes do desemprego resulta, em primeiro lugar, a necessidade de olhar distintamente para três grupos alvo do volume de desempregados:

- *O Desemprego de Longa Duração (51% dos desempregados constituem DLD)*
- *Desemprego + 45 (16% da população ativa com mais de 45 anos encontra-se desempregada)*
- *Desemprego vulnerável à família (quase 20% dos núcleos familiares com filhos, o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos)*

A dimensão do desemprego nas suas diferentes componentes (Desempregados de longa duração, mas também, desemprego Jovem) é um fator crítico em Lousada mas é também, e sobretudo, no quadro geral dos concelhos que compõem a NUT do Tâmega e Sousa.

Dados extraídos do PDS Supraconcelhio, do Diagnóstico Social de 2013 e dados mais recentes recolhidos para este efeito, permitem contextualizar melhor este problema. Esses dados evidenciam, em primeiro lugar, uma profunda heterogeneidade interconcelhia relativamente ao indicador do Desemprego.

Mapa 2. Taxa de desemprego (CIM, 2012)

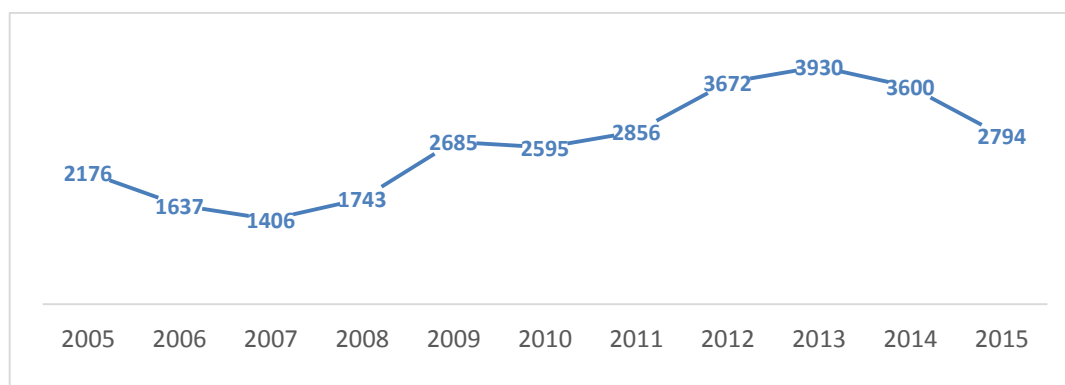


Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

A taxa de desemprego no Tâmega e Sousa atingiu, em 2011, os 14%, ligeiramente abaixo dos 14,5 % registados na região Norte, mas ligeiramente acima da média de 13,2% verificada no país. Concelhos como Penafiel, **Lousada**, Paredes e Paços de Ferreira, são precisamente os concelhos onde se assistiu entre 2007 e 2012 a uma evolução negativa mais forte das taxas de desemprego.

Tendo em conta os dados mais recentes registados ao nível do IEFP, pode-se ver a evolução que o desemprego em Lousada sofreu entre 2005 e 2015 medida pelo número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Gráfico 1. Número de desempregados



Os dados mais recentes sobre o desemprego em Lousada permitem perceber que os grupos etários mais envelhecidos continuam a representar a maior fatia do desemprego registado.

Quadro 9. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por escalões etários

	<25 anos	25-34	35-54	+55	Total
2013	601	797	1740	792	3930
2014	605	663	1517	815	3600
2015	448	465	1129	752	2794

O fenómeno do desemprego pode ainda ser retratado, recorrendo-se, por exemplo, ao perfil de escolarização dos desempregados. Esses dados permitem constatar que os desempregados com o 1º ciclo de escolaridade são os mais afetados pelo desemprego e não obstante a fragilidade ao nível do capital escolar acumulam ainda outro tipo de vulnerabilidade - faixa etária avançada, potenciando, assim, maiores dificuldades de reingresso no mercado de trabalho.

Quadro 10. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por nível de escolaridade

	<1º ciclo	1 Ciclo	2º Ciclo	3 Ciclo	Secundário	Ens. Superior	Total
2013	268	1272	657	695	626	412	3930
2014	251	1154	569	622	589	415	3600
2015	208	938	399	453	485	311	2794

Relativamente à composição do desemprego por género não se observam diferenças relevantes. O desemprego em Lousada atinge de forma proporcional homens e mulheres. Já quanto ao motivo de procura de emprego, apenas uma pequena fatia da população desempregada apresenta como motivo a procura de 1º emprego. Registando-se que a situação de desemprego maioritária ao longo dos últimos três anos é representada por situações de procura de novo emprego.

Quadro 11. Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (Set 2015 e períodos homólogos 2014 e 2013) por género e motivo de desemprego

	Homens	Mulheres	Novo emprego	1º Emprego	Total
2013	1948	1982	3524	406	3930
2014	1777	1823	3119	481	3600
2015	1344	1450	2419	375	2794

Para além deste aspeto nuclear e preponderante para o desenvolvimento social e económico do concelho de Lousada, surgem, ao nível do exercício de auscultação dos atores, outras duas dimensões problema igualmente posicionadas como prioritárias: a necessidade de uma dinâmica empresarial mais forte associada a estímulos no âmbito do empreendedorismo por via de novos modelos de iniciativas; e a constatação de que o endividamento das famílias é uma realidade igualmente crítica.

Esta última dimensão problema corrobora de imediato os resultados obtidos por via da análise dos indicadores sobre o endividamento das famílias e, ao mesmo tempo torna mais evidente o problema global que assenta na falta de rendimento das famílias. Um dos indicadores mais expressivos deste problema é precisamente o poder de compra. Já no Diagnóstico Social de 2013, esse indicador, medido em termos de percentagem e demonstrado em termos comparativos, evidenciava as desigualdades económicas sentidas pela população deste Concelho.

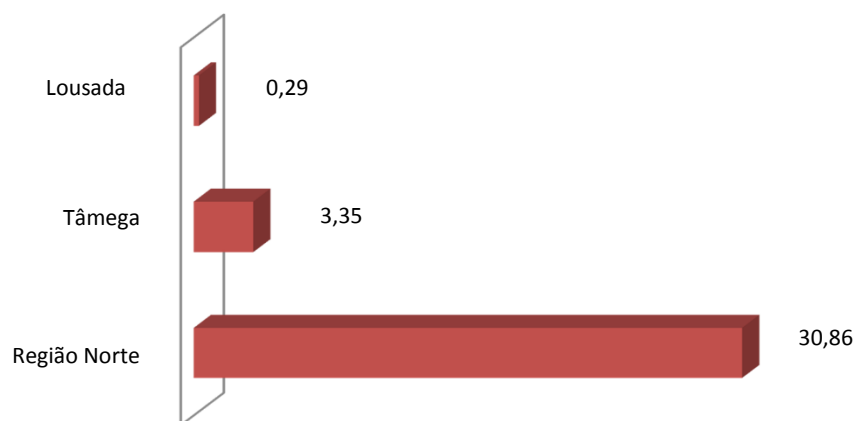
Quadro 12. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões problema relativos ao Emprego e Potencial Económico

	Lousada	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

Gráfico 2. Percentagem de Poder de Compra (Lousada, Tâmega e Região Norte 2013)



Fonte: GEP/MSSS, PORDATA.

Importa ainda recuperar alguma informação sobre o perfil de Emprego e Tecido Produtivo em Lousada para concluir este conjunto de elementos de diagnóstico dedicado ao Emprego e Potencial Económico.

Em primeiro lugar constata-se o elevado peso da categoria profissional – **Operários, artífices e trabalhadores similares** nos dois momentos temporais considerados (2001-2011).

A estrutura profissional manteve-se praticamente inalterada, com diferenças relativamente pequenas nalgumas categorias, nomeadamente subidas ligeiras do peso de profissões mais qualificadas, em particular, **especialistas das profissões intelectuais e científicas e concomitantemente o decréscimo das profissões menos qualificadas**. Estas variações devem ser interpretadas face a uma dinâmica territorial mais vasta, nomeadamente à sub-região do Tâmega e Sousa onde se assiste a uma tendência relativamente homogénea no que respeita a este tipo de processos estruturais.

Quadro 13. Evolução do Perfil do Emprego por Classe Profissional (2001-2011)

Classe Profissional	2001	2011	Var
Membros das Forças Armadas	0,3	0,4	0,1
Quadros superiores da Adm. Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	6,0	5,5	-0,5
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	2,2	6,4	4,2
Técnicos e profissionais de nível intermédio	3,9	6,0	2,1
Pessoal administrativo e similares	5,9	5,4	-0,5
Pessoal dos serviços e vendedores	8,5	13,3	4,8
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	2,4	1,2	-1,3
Operários, artífices e trabalhadores similares	47,4	39,6	-7,7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	13,3	10,3	-3,0
Trabalhadores não qualificados	10,1	11,9	1,8
Total	100	100	

Fonte: PORDATA (adaptado IESE, 2015).

Relativamente às dinâmicas de retração da economia em Lousada, os elementos que se observam devem ser lidos numa **dinâmica** de cariz global e transversal aos concelhos da sub-região Tâmega e Sousa.

Em Lousada o setor com número de destruição de empresas mais acentuado repercute-se no comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos. Logo seguido dos setores, indústria transformadora (vestuário e produtos metálicos) e Construção ao nível da promoção imobiliária.

Sendo que a indústria transformadora constitui uma das áreas de especialização do perfil produtivo do concelho da Lousada e dos concelhos da Sub-região.

Quadro 14. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com retração mais evidente

Atividade Económica	Var.
Indústrias transformadoras	-108
Indústrias alimentares	-9
Indústria das bebidas	3
Indústria do tabaco	0
Fabricação de têxteis	-6
Indústria do vestuário	-47
Indústria do couro e dos produtos do couro	6
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	-8
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	0
Impressão e reprodução de suportes gravados	0
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	0
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	-2
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-1
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	0
Indústrias metalúrgicas de base	-2
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	-19
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	0
Fabricação de equipamento elétrico	-1
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	-3
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	3
Fabricação de outro equipamento de transporte	0
Fabrico de mobiliário e de colchões	-21
Outras indústrias transformadoras	-5
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	4
Construção	-102
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	-79
Engenharia civil	-6
Atividades especializadas de construção	-17
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-115
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	12
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	-3
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	-124

Fonte: INE. Dados trabalhos pela equipa do Estudo: os sombreados correspondem a grandes áreas de atividade.

Quanto às dinâmicas de crescimento e empregabilidade, o perfil de evolução das empresas registado no concelho da Lousada acompanha os sinais de crescimento da sub-região onde se insere e esta por sua vez da região Norte. É sobretudo nas **Atividades administrativas e dos serviços de apoio prestados às empresas** que este crescimento se faz sentir de forma mais acentuada (mais de 100 empresas criadas), influenciado, pelo reforço do subsector das Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas. O peso do crescimento deste setor é transversal aos diferentes concelhos da subregião, perfazendo a criação de 1000 empresas para o mesmo período considerado.

Também a área da Educação sofre um crescimento bastante expressivo (86), assim como as **Atividades de saúde humana e apoio social (75)**, refletindo fundamentalmente o aumento do emprego associado às atividades de saúde humana. Retrato que acompanha mais uma vez a tendência transversal aos concelhos da sub-região.

Por último, importa destacar o crescimento registado nas **Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (45)** que aliás também se verifica em todos os concelhos da região, com especial enfoque nas Atividades jurídicas e de contabilidade e em outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

Quadro 15. Variação do número de empresas por atividade económica (2004-2012) nos setores com crescimento mais evidente

Atividade Económica	Var.
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	5
Captação, tratamento e distribuição de água	0
Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	0
Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	5
Descontaminação e atividades similares	0
Atividades de informação e de comunicação	6
Atividades de edição	2
Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	-2
Atividades de rádio e de televisão	0
Telecomunicações	2
Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	4
Atividades dos serviços de informação	0
Atividades imobiliárias	16
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	45
Atividades jurídicas e de contabilidade	32
Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	1
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	8
Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	0
Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	1
Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3
Atividades veterinárias	0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	103
Atividades de aluguer	-1
Atividades de emprego	1
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	-1
Atividades de investigação e segurança	1
Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	6
Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	97
Educação	86
Atividades de saúde humana e apoio social	75
Atividades de saúde humana	77
Atividades de apoio social com alojamento	-4
Atividades de apoio social sem alojamento	2

(cont.)

Atividade Económica	Var.
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	38
Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	13
Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	1
Lotarias e outros jogos de aposta	1
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	23

Fonte: INE. Dados trabalhos pela equipa do Estudo: os sombreados correspondem a grandes áreas de atividade.

Se as dimensões problema ventiladas na Dimensão do Capital Humano já evidenciam necessidades de investimento ao nível da qualificação/formação das estruturas de emprego e do tecido empresarial, as que ressaltam nesta dimensão apenas vêm reforçá-las. O enfoque que este tipo de problemas necessitará no plano da intervenção estratégica passa pela evidência de que as questões do emprego e da sua qualificação como suporte à qualidade de vida da população seja uma prioridade a ter em linha de conta.

E nesse sentido há três setores económicos que importa considerar do ponto de vista do seu potencial. A **indústria de vestuário** representa 58% do emprego em Lousada, embora se verifique uma tendência de quebra do número de empresas neste setor. Entre 2004-2012 assistiu-se a uma retração da economia em áreas com peso relevante no tecido empresarial, em especial na indústria transformadora, verificando-se o desaparecimento de 47 empresas na indústria do vestuário.

Se este setor continua a ser estruturante para o tecido empresarial e para a estrutura do emprego em Lousada há que pensar:

- ✓ em novos processos de produção;
- ✓ oportunidades de especialização/reconversão profissional associados àqueles processos.

Por outro lado o **setor da Agricultura, produção animal e silvicultura** contribui para a solidez de um conjunto vasto de atividades a montante e a jusante das atividades nucleares, nomeadamente para o aumento da atratividade em termos turísticos, através da manutenção da emblemática paisagem e da produção de produtos alimentares regionais, e para o desenvolvimento dos territórios rurais.

No entanto, o modo de produção e a rentabilidade associados a este setor ainda não se apresenta suficientemente estratégica para corresponder à lógica enunciada. Alguns dados oficiais atestam precisamente essa realidade:

- a maior parte dos terrenos agrícolas do concelho são minifúndios cuja média da extensão agrícola ronda os 3ha e destina-se sobretudo à produção e consumo familiares - 60% (1425 ha) do total das Superfícies Agrícolas Utilizadas é explorada por conta própria.

- em 2009 a mão-de-obra agrícola no concelho era de 1048 pessoas, sendo que 550 eram homens e 490 eram mulheres. Destes pode-se dizer que 50% tinha 55 ou mais anos, sendo a idade média dos produtores de 61 anos e a idade média da mão-de-obra agrícola de 52 anos;
- apenas 30.53% dos produtores agrícolas trabalham a tempo completo;
- 4.5% dos produtores admitem como fonte exclusiva de rendimento a sua exploração; apenas 13,68% dos produtores tem formação profissional agrícola;
- e somente 11% dos agricultores tem formação secundária ou superior.

Por fim, um terceiro setor económico que pode ser encarado como estratégico para o desenvolvimento económico do concelho está associado ao **Turismo e Património**.

O património natural, cultural e arquitetónico, aliado à riqueza gastronómica da região, constituem vetores estratégicos do sector do turismo, tendo sido apontados como as fortes potencialidades da região. A “Rota do Românico” surge como o projeto mais emblemático e como a pedra angular para um conjunto alargado de novos investimentos, nomeadamente, em serviços de proximidade (p.e, bibliotecas, museus, espaços para eventos e realizações culturais) e em iniciativas complementares como o Centro de Estudos do Românico e do Território, sendo já um marco reconhecido pelos próprios produtores locais, interessados em promover a transação de produtos entre os atores pertencentes à Rede. Mais recentemente está em desenvolvimento um selo de qualidade da Rota que visa a formalização da rede de atores e que se espera que venha a exercer um efeito contagiante entre os vários operadores locais, nomeadamente ao nível da qualificação dos próprios recursos humanos (condição associada à certificação).

Alguns elementos sobre a oferta de alojamentos do concelho de Lousada atestam precisamente o investimento que poderá ser feito nesta matéria paralelamente aos investimentos em produtos turísticos.

Quadro 16. Estabelecimentos de alojamento turístico em Lousada por modalidade e capacidade de camas (2015)

Designação do Estabelecimento	Modalidade	Nº de camas
Casa de Juste	Turismo de Habitação	20
Quinta da Longra	Casas de campo	8
Quinta de Lourosa	Casas de campo	10
Quinta da Tapada	Alojamento Local	6
Casa de Marlães	Alojamento Local	2
Pensão Lousadense	Alojamento Local	48
Residencial Estrada Real	Outros	31
Lousada Country Hotel	Hotel Rural	73
Total		198

Fonte: LIT, CML 2015.

Quadro 17. Indicadores dos estabelecimentos de alojamento na Região do Tâmega e Lousada, 2013

Indicadores	Tâmega	Lousada
Estada média de Hospedes Estrangeiros (nº de noites)	2,3	4,7
Capacidade de alojamento por 1000 hab (nº)	5,0	2,4
Proporção de Hospedes Estrangeiros	20,2	8,4
Proveitos de aposento por Capacidade de Alojamento (milhares de euros)	2,4	0,7
Taxa de ocupação-cama (liquida)	23,17	10,53

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, 2013 (adaptado, IESE, 2015).

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Do ponto de vista da programação estratégica definida para o horizonte 2020, a Estratégia definida no Acordo de Parceria orienta dois objetivos temáticos para o combate ao desemprego: *OT 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores* e *OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação* (nomeadamente no âmbito das Prioridades de investimento 9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade e 9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego), os quais cobrem um leque alargado e genericamente adequado de prioridades de intervenção, que representam um importante desafio de articulação ao nível do seu planeamento e concretização, uma vez que implicam a mobilização dos instrumentos financiados pelos PO Regionais e pelo POISE.

INDICADORES E DIMENSÕES-PROBLEMA ASSOCIADOS AO DOMÍNIO DE ANÁLISE
CAPITAL INCLUSIVO

Matriz de Indicadores sobre Capital Inclusivo

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Isolamento	% Pessoas que residem sozinhas;	3,1	INE, Censo 2011	
	% Pessoas com mais de 65 anos que residem sozinhos face ao total de pessoas com mais de 65 anos	13,8	INE, Censo 2011	
Criminalidade	Crimes contra as pessoas, o património e a vida em sociedade por 1.000 hab.	23,8	INE, MJ, 2010-2012	
Vulnerabilidade associada ao género	‰ Mulheres com menos de 20 anos com filhos sem atividade económica / mulheres <20 anos de idade.	14,6	INE, Censo 2011	
	‰ Mulheres 15-19 anos casadas ou em união de facto no total das mulheres de 15-19 anos de idade.	21,0	INE, Censo 2011	
	‰ Mulheres solteiras com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos.	17,5	INE, Censo 2011	
	‰ Mulheres solteiras desempregadas ou inativas com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	8,2	INE, Censo 2011	
Vulnerabilidade associada à composição familiar	Famílias de grande dimensão:			76
	% Famílias com 5 ou mais pessoas.	10,9		
	% Núcleos familiares com 3 ou mais crianças.	1,6	INE, Censo 2011	
	Famílias com desemprego			29
	% Pessoas em famílias em que a maioria dos ativos está desempregada (cf. mapa em anexo).	5,2	INE, Censo 2011	
	Famílias monoparentais			18
	% Famílias monoparentais no total de famílias com núcleo.	9,0	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares monoparentais com crianças face ao total dos núcleos familiares.	4,1	INE, Censo 2011	

■ Dimensão prioridade fraca

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Vulnerabilidade associada à composição familiar	Famílias monoparentais com várias crianças:			37,6
	% Famílias monoparentais com 2 ou mais filhos no total de famílias com núcleo.	4,1	INE, Censo 2011	
	% Núcleos familiares monoparentais com 2 ou mais crianças.	10,1	INE, Censo 2011	
	Famílias polinucleares			51,9
	% Famílias polinucleares nas famílias com núcleos.	5,0	INE, Censo 2011	
	Famílias institucionais			0,0
	% Pessoas em famílias institucionais.	0,2	INE, Censo 2011	
	Idosos sem familiares			8,4
	% Pessoas com mais de 65 anos que residem sem familiares face ao total de pessoas com mais de 65 anos (cf. mapa em anexo).	16,4	INE, Censo 2011	
	Nados vivos fora do casamento			13,7
	% Nados vivos fora do casamento sem coabitação dos pais	10,9	INE, Censo 2011	
Vulnerabilidade associada à população imigrante	% População residente de nacionalidade estrangeira.	5,5	INE, Censo 2011	
	% População estrangeira com estatuto legal de residente por 1.000 hab.	3,7	INE, MAI	
	% População de nacionalidade estrangeira de - Ásia, África, América do Sul e Europa de leste.	4,3	INE, MAI	
	% Estrangeiros com estatuto de residentes - Brasil - por 1.000 hab.	1,4	INE; MAI	
	% Estrangeiros com estatuto de residentes - Ucrânia, Roménia, Moldova - por 1.000 hab.	0,6	INE; MAI	
	Estrangeiros com estatuto de residentes - Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé - por 1.000 hab.	0,4	INE; MAI	
Condições Deficitárias da Habitação	Alojamentos sobrelotados			40,9
	% Famílias em alojamentos partilhados.	1,6	INE, Censo 2011	
	% Famílias em alojamentos clássicos sobrelotados.	13,3	INE, Censo 2011	
	Alojamento falta de infraestruturas			16,1
	% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem banho.	2,1	INE, Censo 2011	
	% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem água	4,3	INE, Censo 2011	
	Baixo consumo energético			86,7
	Consumo doméstico de energia elétrica por hab. (Kwh) média do triénio 2010-2012	1127	INE, MAOT	
	Alojamentos habitação social			14
	% Fogos de habitação social por 1.000 fogos.	14,3	INE, 2012	
	Alojamentos não clássicos			1,4
	% Famílias em alojamentos não clássicos.	0,7	INE, Censo 2011	
	% Pessoas residentes em alojamentos de apoio social.	2,4	INE, Censo 2011	
	% Pessoas residentes em barracas e outros alojamentos não clássicos.	0,53	INE, Censo 2011	

■ Dimensão de prioridade fraca

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Incapacidade	Deficiências			4
	% Pop. >4 anos com deficiência (por nº de deficiências)	3,7	INE, Censo 2011	
	Incapacidade permanente para o trabalho			23,8
	% Pop. incapacitada permanente p/o trabalho (na pop. 15 ou mais anos).	1,64	INE, Censo 2011	
	% Pop. 15-64 anos incapacitada permanente para o trabalho face ao total da pop. ativa de 15-64 anos.	2,6	INE, Censo 2011	
	% Pop. de 25-64 anos incapacitadas permanentes para o trabalho face ao total da pop. ativa de 25-64 anos.	2,8	INE, Censo 2011	
	Principal meio de vida: subsídios doença ou acidente de trabalho			71,7
	% Pop. cujo principal meio de vida são subsídios por doença ou acidente de trabalho (na pop. 15 ou mais anos).	3,47	INE, Censo 2011	
	Pensionistas por invalidez			25,8
	Pensionistas por invalidez / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)	30,4	INE, MESS	
	Bonificações por Deficiência			72
	Beneficiários de bonificações por deficiência / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)	17,9	INE, MESS	
	Subsídio mensal vitalício			32,1
	Beneficiários de subsídio mensal vitalício / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)	1,5	INE, MESS	
Famílias de baixos rendimentos	% Beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários (média do triénio 2010-2012)	30,1	INE, MESS	
	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab (média do triénio 2010-12) (permilagem)	52,3	INE, MESS	
Valor médio das pensões	Valor médio anual das pensões da SS (média do triénio 2010-2012)	4 088	INE, MESS	
	Valor médio anual das pensões da CGD (média do triénio 2011-2013)	985	INE, MESS	
Grupos de risco	População infetada com HIV por 10.000 hab.	5,06	MS/2012	
	Droga - presumíveis infratores por 10.000 hab.	2,7	MS/IDT 2010-2012	
	Droga - utentes em tratamento na rede pública por 10.000 hab.	19,6	MS/IDT 2010-2012	
	Pessoas sem-abrigo por 10.000 hab.	0,4	INE, Censo 2011	
	Beneficiários de Processos Familiares Ativos Sem Abrigo por 10.000 hab.	2,5	ISS, MESS, 2013	
	Crianças institucionalizadas por 10.000 hab.	4,2	ISS, MESS, 2013	
	Crianças e Jovens em risco CPCJ por 10.000 hab.	84	ISS, MESS, 2012	

■ Dimensão de prioridade intermédia

Dimensão problema	Sub-dimensão	Valor	Fonte/ano	Índice
Dependência de subsídios e apoios do estado	% População desempregada cujo principal meio de vida é o subsídio de desemprego ou outro subsídio temporário (na pop. 15 ou mais anos).	40,1	INE, Censo 2011	
	% População cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos).	7,7	INE, Censo 2011	
	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab.	52,3	INE, MESS, 2010-2012	
	Beneficiários do subsídio de desemprego por 100 ativos.	14,9	INE, IEFP, 2012	
Deficiência no grau de cobertura dos equipamentos sociais	Taxa de cobertura Creche e Ama	16,4	ISS, 2011	
	Taxa de cobertura Centro de Dia	0,7	ISS, 2011	
	Taxa de cobertura Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	4,3	ISS, 2011	
	Taxa de cobertura Serviço de apoio domiciliário.	4	ISS, 2011	

■ Dimensão de prioridade elevada

O *Domínio de análise* Capital Inclusivo apresenta uma diversidade de elementos de diagnóstico bastante significativa, por comparação aos outros dois domínios.

Em primeiro lugar, esta matriz de indicadores revela duas dimensões problema que devem assumir prioridade elevada ao nível do planeamento estratégico, pela incidência relativa que demonstram neste concelho. Em primeiro lugar, a existência de **taxas de dependência elevadas ao nível de apoios ou subsídios do estado**, nomeadamente, e por ordem de importância de dependência, subsídios de desemprego, outros subsídios ou apoios do estado não especificados e rendimento social de inserção.

Em que medida se pode considerar que ter subsídio de desemprego como principal meio de vida pode ser um problema, quando a sua atribuição é um direito e um indicador dos níveis de proteção e bem-estar de um estado social?

Embora seja um direito e uma garantia temporária da manutenção da qualidade de vida das pessoas, este e outro tipo de subsídios, tal como o rendimento social de inserção, não são situações que devam merecer passividade por parte dos atores envolvidos. A condição destes indivíduos, embora protegida em determinados aspetos, significa desproteção a médio prazo, para além do efeito de desejo de manutenção da condição quando não há perspetivas de alternativa ao rendimento por via da prestação ou subsídio. Por outro lado, são indivíduos passivos do ponto de vista da sua contribuição, quer em termos da economia local, quer do ponto de vista da sua contribuição para o erário público. Associado ainda a estas condições, emerge outro tipo de problemas resultantes de uma certa desestruturação do quotidiano na vida dos beneficiários de subsídios, ainda que contenham uma matriz ativa, isto é, sujeitos a medidas de estímulo ao emprego e/ou formação profissional.

Quadro 18. Nº de Beneficiários de RSI em Lousada por género e grupo etário (2012, 2013 e 2014)

Ano	≤18		19-24		25-34		35-44		45-54		55-64		+65		Total 1		Total 2
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F+M
2012	399	445	107	62	135	93	205	167	192	168	126	117	8	7	1172	1059	2.231
2013	243	308	73	54	87	56	123	106	155	130	111	88	10	9	802	751	1.553
2014	199	243	59	57	81	44	99	88	168	123	104	89	13	4	703	652	1.355

Fonte: ISS, CDSS Porto.

A segunda dimensão problema com maior significado ao nível das necessidades de priorização prende-se com a deficiente **taxa de cobertura em algumas respostas sociais**, nomeadamente a falta de equipamentos sociais ao nível da manutenção da qualidade de vida da população idosa (estruturas residenciais e apoio domiciliário) e da promoção da natalidade e conciliação da vida familiar e profissional (creches e amas).

Nem todos os equipamentos sociais permitem uma análise a partir do indicador em causa, pelo menos, a nível concelhio. O facto de não aparecer na matriz informação relativa às respostas sociais no âmbito das pessoas com deficiência deve-se exatamente àquele motivo e, como tal, essa ausência, do ponto de vista descritivo, não significa que não existam necessidades a serem cobertas nesse âmbito concreto de valências.

A partir dos dados inscritos no quadro seguinte pode-se aferir a situação do concelho de Lousada em comparação com o distrito e com o continente relativamente ao grau de cobertura de diferentes respostas sociais.

Quadro 19. Taxas de Cobertura* e taxas de utilização por respostas sociais (2013)**

	Taxa de Cobertura	Taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito	Taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente	Taxa de utilização	Taxa de utilização standardizada pela utilização do distrito	Taxa de utilização standardizada pela utilização do continente
1ª Infância (Creche e Ama)	26,5	82,8	57,4	64,1	79,1	78,8
Centro de Dia	0,6	15,0	10,2	75,0	99,1	112,9
Estrutura Residencial Para Idosos	4,3	74,7	48,3	96,9	112,0	107,5
SAD Idosos	4,0	105,3	78,7	57,4	76,4	84,1

Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia - *Indicadores de cobertura e utilização - Tâmega e Sousa*, adaptado IESE 2015.

Legenda

*A taxa de cobertura (TC) numa área geográfica para uma resposta social tem a seguinte formula: *capacidade 2013/população alvo residente 2013*100*

*A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TCSC) tem a seguinte fórmula *TC Concelho/TC Continente*100*

*A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TCSD) tem a seguinte fórmula *TC Concelho/TC Distrito*100*

**A taxa de utilização (TU) numa área geográfica para uma resposta social é medida por *Utentes 2013/Capacidade 2013*100*

**A taxa utilização standardizada pela utilização do continente (TUSC) tem a seguinte fórmula *TU Concelho/TU Continente*100*

**A taxa de utilização standardizada pela utilização do distrito (TUSD) tem a seguinte fórmula *TU Concelho/TU Distrito*100*

Estes dados corroboraram os dados apresentados na matriz principal e evidenciam que Lousada apresenta um défice generalizado de respostas sociais, sendo o Centro de Dia a valência social com níveis mais críticos de cobertura, quer em termos absolutos, quer comparativos. Isto é, a taxa de cobertura em Centro de Dia registada para Lousada significa apenas 15% da taxa de cobertura do distrito do Porto e 10% da Taxa registada para o Continente para esta valência.

Fora do eixo da incidência máxima, existem dimensões problema cujos resultados ao nível dos indicadores mais decompostos reclamam, ainda assim, algum interesse. Essas dimensões reportam-se, por exemplo, à **vulnerabilidade associada à família**, nomeadamente o peso das famílias de grande dimensão e o peso das famílias monoparentais com crianças face ao resultado final deste índice compósito. Embora a dimensão problema em causa não seja dos mais preponderantes ao nível dos fatores que influenciam situações de vulnerabilidade da população da Lousada aos fenómenos da pobreza e da exclusão, é importante considerar estas duas dinâmicas no quadro da abordagem global à problemática sobre a pobreza no concelho da Lousada.

Um segundo exemplo a merecer uma análise focalizada, respeita o **peso da população com deficiência ou incapacidade** que está dependente de subsídios de doença ou acidente de trabalho ou é pensionista por invalidez.

Dados relativos ao número da mortalidade nas empresas de construção civil nos concelhos que perfazem a NUT III do Tâmega deixam antever um número igualmente significativo de acidentes de trabalho, sendo este uma das principais causas a explicar aqueles resultados.

Por último, é necessário olhar os dados relativos aos **grupos de risco**, nomeadamente ao nível da toxicodependência, não só do ponto de vista do tratamento, mas sobretudo em torno das causas e dos efeitos que esta problemática encerra.

Ao considerar os resultados da auscultação aos atores vertidos na tabela seguinte, pode-se complementar os resultados obtidos em termos de descrição quantitativa. Daquele exercício, conclui-se que para o conjunto de atores relevantes há quatro dimensões problema que devem ser objeto de prioridade: respostas sociais na área da saúde mental e da violência de género, crianças e jovens em risco e lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais).

Algumas destas dimensões não colheram, do ponto de vista da análise de indicadores, o mesmo tipo de relevância, nomeadamente o peso relativo ao número de crianças e jovens em risco. Outras, como é o caso das Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...), até constituem o problema inverso, ou pelo menos, um ângulo diferente de abordagem, relativo à elevada dependência da população de subsídios e apoios do estado, nomeadamente ao nível do RSI e subsídio de desemprego.

Este tipo de confronto entre dados torna-se em si mesmo um exercício muitíssimo importante a reter do ponto de vista do planeamento estratégico, pois implica aprofundar as causas que estão por detrás de determinados posicionamentos e, por outro lado, aprofundar a dimensão analítica dos dados, sempre que tal seja possível.

Já as dimensões que respeitam os problemas em torno da saúde mental e da violência de género emergem neste exercício como novas dimensões a ter em linha de conta uma vez que não foram mobilizadas ao nível da matriz de indicadores. Tal ausência deve-se apenas à impossibilidade de obter dados estatísticos sobre estas matérias, revelando por esse motivo necessidades ao nível da sinalização e levantamento de necessidades para que se concretize a evidência percecionada.

Outras áreas que emergem como relativamente críticas, tais como as dependências, a emigração, as pessoas com deficiência, as crianças com necessidades educativas especiais, e a prestação de cuidados de saúde básicos e especializados, merecem também ser objeto de melhor apuramento de dados para se avaliar bem o impacto que têm sobre a população da Lousada e o efeito que produzem em termos de vulnerabilidade da população face à pobreza e à exclusão social.

Quadro 20. Posicionamento relativo da Lousada e tendência global da NUT Tâmega e Sousa sobre dimensões-problema Capital Inclusivo

	Lousada	NUT T&S
Saúde mental		
Dependências (alcoholismo, toxicod dependência,...)		
Emigração		
Violência de género		
Crianças e jovens em risco		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Na perspetiva da sincronização com os instrumentos de financiamento de políticas, nomeadamente o POISE, convém destacar os termos previstos na teoria da programação e que podem ser alvo de candidatura pelos atores da Rede Social da Lousada.

Segundo o documento do POISE, estão previstas tipologias de ação para a diversificação das respostas sociais e de saúde em função de necessidades emergentes ou que se reforçaram por via da evolução do país, designadamente em matéria demográfica, com o envelhecimento populacional, na base e topo da pirâmide etária, bem como pela concentração da população nos centros urbanos e, em particular, no litoral do território continental, apelando a soluções inovadoras, financeiramente sustentáveis e envolvendo múltiplos atores para, num contexto de severas restrições à despesa pública, assegurar não só essas respostas, como a qualidade das mesmas.

No caso do PO Norte estão previstos investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

Por último, importa considerar a área de financiamento à Inovação social e cooperação transnacional⁶ que se encontra consagrada no POISE, a qual atende à multidimensionalidade e, consequentemente, à complexidade dos fatores ligados à Saúde mental e à promoção de mais e melhor acesso a serviços sociais e de saúde com o estímulo a ações de cooperação transnacional.

⁶ Nomeadamente ao nível de sub-regiões semelhantes de outros países, onde se pode pensar uma ação concertada, nomeadamente ao nível da partilha de experiências de intervenção.

PARTE III. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Diagnóstico Social como elemento estratégico para a Avaliação.

No quadro de elaboração deste Diagnóstico Social procurou-se evidenciar através de dados objetivos constrangimentos em diferentes áreas que possam ser tidos em conta na elaboração de uma estratégia para o desenvolvimento local de Lousada nos próximos anos. A apresentação desses dados constituem do ponto de vista formal elementos importantes e decisivos para o processo estratégico de avaliação. A necessidade de serem trabalhados dessa forma emergiu também de uma perceção, tornada entretanto evidente, de que havia algumas fragilidades nesta matéria observáveis a partir dos próprios instrumentos de planeamento elaborados até ao presente.

Assim, as três matrizes que estruturam este Diagnóstico Social, sobretudo os seus elementos quantitativos, apresentam o primeiro conjunto de indicadores que devem ser usados em exercícios de avaliação, conhecidos por *Baselines*. Este tipo de indicadores evidencia, nesta fase do modelo lógico de intervenção, os constrangimentos e representam a linha de partida antes de existir uma estratégia. A importância deste tipo de indicadores é crucial pois eles servem de base ao cálculo de qualquer outro tipo de indicador (*meta, indicador de execução, indicador de realização*) que integram o conjunto de indicadores de qualquer estratégia de monitorização e avaliação.

Sem este tipo de indicadores, explorados ao nível de um Diagnóstico Social, dificilmente se pode estruturar um processo de monitorização/avaliação com qualidade. A própria qualidade de uma estratégia de intervenção conclui-se, em parte, pelo facto de ter sido capaz de minimizar os constrangimentos objetivos que se apresentavam antes de ser posta em prática.

Este tipo de abordagem aos processos de monitorização e avaliação no âmbito dos instrumentos de planeamento da rede social de Lousada não foi aplicado na definição dos instrumentos de planeamento passado.

Em 2005, o Diagnóstico Social foi construído com o recurso a metodologias participativas, nomeadamente através da técnica “Nuvem de Problemas” de onde resultou a identificação de áreas prioritárias de intervenção. O PDS 2005-2008 desenvolveu do ponto de vista estratégico e operacional as áreas identificadas como prioritárias no diagnóstico.

Em 2009 surge um Diagnóstico Social com uma forte componente descritiva a partir do levantamento de informação estatística e uma componente estratégica relativamente dissociada da realidade social descrita na componente anterior. Assim, o PDS de 2009-2011 não conseguiu fazer a *matching* entre aquilo que era prioritário e as estratégias definidas, uma vez que parece não ter havido uma componente interpretativa dos dados estatísticos descritos no diagnóstico.

Por último, o Diagnóstico Social de 2013 recupera a matriz descritiva apoiada no levantamento de informação estatística oficial e apresenta um exercício de apuramento de problemas mais relevantes com base na participação dos elementos parceiros da Rede Social da Lousada por via da aplicação de um inquérito por questionário.

Em síntese, a dificuldade em recuperar os elementos de diagnóstico para os momentos de planeamento estratégico resulta, em parte, da escassez de informação analítica que os próprios elementos de diagnóstico acabam por produzir e, por outro, na dificuldade em olhar esses elementos de diagnóstico como indicadores de partida – as tais *baselines*.

A produção de indicadores constitui uma ferramenta de base para se poder acompanhar a evolução da situação diagnosticada assim que esta é objeto de uma intervenção estratégica e para avaliar o efeito das medidas tomadas.

Qualquer Diagnóstico Social pode concluir que em determinadas áreas há dados que evoluem num sentido positivo, mas se não existirem ferramentas de controlo sobre os efeitos ou os impactos da ação da rede sobre essa realidade, dificilmente se poderá chegar a uma conclusão do tipo causa-efeito.

Assim, disponibilizam-se as matrizes de referência de *indicadores de diagnóstico* (Anexo 2) mobilizados para retratar a situação de Lousada, mas também mobilizáveis enquanto ferramenta num futuro trabalho de avaliação.

ANEXO 1. INDICADORES RESUMO

Partindo do exercício de recolha de indicadores feito no âmbito do Diagnóstico Social de 2013, propõe-se a atualização desses dados, mantendo-se a possibilidade de se interpretar várias dinâmicas. Por um lado, é possível a contextualização e comparação do concelho de Lousada em termos regionais e nacionais no que respeita a tendências/contra tendências. Por outro, é possível analisar essas dinâmicas no tempo (2001, 2011 e 2013), obtendo-se para cada indicador o seu desempenho em anos diferentes, num arco temporal suficientemente grande (+10 anos) para que se possa fazer a respetiva leitura evolutiva.

Quadro Resumo

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
População residente	44 845	434 165	10 362 722	47 481	433 143	10 557 560	47 375	429 337	10 457 295
Superfície em Km2	96,3	1 833,5	92 151,8	96,1	1 831,5	92 212,0	96,1	1 831,5	92 225,2
Densidade populacional									
número médio de indivíduos por km2	465,5	236,8	112,5	494,2	236,5	114,5	493,1	234,4	113,4
Freguesias	25	265	4 252	25	265	4 260	15	177	3 092
Eleitores	31 143	337 098	8 902 001	39 259	382 522	9 721 406	40 077	384 027	9 758 534
Jovens (%)									
menos de 15 anos	22,7	21,0	16,2	18,4	17,0	15,0	17,3	16,0	14,7
População em idade ativa (%)									
15 aos 64 anos	68,3	67,1	67,3	70,9	69,3	66,1	71,5	69,7	65,7
Idosos (%)									
65 e mais anos	9,0	11,8	16,5	10,7	13,8	18,9	11,3	14,3	19,6
Índice de envelhecimento									
idosos por cada 100 jovens	39,5	56,3	101,6	58,0	81,3	125,8	65,2	89,8	133,5

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Indivíduos em idade ativa por idoso	7,6	5,7	4,1	6,6	5,0	3,5	6,3	4,9	3,3
População estrangeira em % da população residente (2)	-	-	-	0,4	0,5	4,1	0,4	0,4	3,8
Famílias (3)	13 089	131 980	3 650 757	15 257	143 935	4 043 726	-	-	-
Famílias unipessoais (%) (3)	6,8	9,3	17,3	9,5	12,2	21,4	-	-	-
Dimensão média das famílias (3)	3,4	3,3	2,8	3,1	3,0	2,6	-	-	-
Divórcios por 100 casamentos	11,5	13,9	32,3	⊥ 62,6	⊥ 56,1	⊥ 74,2	57,5	54,2	70,4
Nascimentos (4)	638	5 612	112 774	448	3 806	96 856	337	3 097	82 787
Nascimentos fora do casamento (%) (4)	5,2	8,5	23,8	20,8	23,5	42,8	19,0	28,1	47,6
Óbitos	279	3 382	105 092	276	3 193	102 848	320	3 536	106 545
Taxa de mortalidade infantil (‰)	0,0	6,1	5,0	4,5	4,2	3,1	0,0	1,6	2,9
óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos									
Saldo natural	359	2 230	7 682	172	613	- 5 992	17	- 439	- 23 758
diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos									
Alojamentos familiares clássicos	16 418	181 300	5 357 900	18 749	196 184	5 878 887	18 953	198 542	5 926 176
Alojamentos próprios (%) (3)	70,3	72,1	75,7	73,5	72,5	73,2	-	-	-
Alojamentos arrendados e outros casos (%) (3)	29,7	27,9	24,3	26,5	27,5	26,8	-	-	-

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
População residente de 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%) (3)	18,2	21,2	18,0	10,5	12,4	10,4	-	-	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino secundário (%) (3)	5,1	6,2	13,3	10,1	11,0	15,7	-	-	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino superior (%) (3)	2,2	2,7	7,6	5,7	6,2	13,8	-	-	-
Alunos do ensino não superior (5)	-	-	-	9 782	87 535	1 925 956	8 771	77 392	1 761 524
Docentes do ensino não superior (5)	-	-	-	839	7 352	174 953	734	6 201	150 311
Alunos do ensino superior (5)	//	156	387 703	//	1 671	396 268	//	1 488	371 000
Docentes do ensino superior (6)	//	120	35 740	//	132	37 078	//	155	33 528
Museus		3	226	⊥	⊥ 8	⊥ 377		8	353
Sessões de espetáculos ao vivo	,,,	-	13 196	⊥ 96	⊥ 292	⊥ 25 871	103	278	29 385
Espectadores de espetáculos ao vivo	,,,	-	3 835 553	⊥ 30 780	⊥ 233 814	⊥ 8 484 295	30 403	223 273	8 880 971
Ecrãs de cinema	,,,	-	455	⊥	⊥ 10	⊥ 558		10	544
Hospitais		3	217	⊥	⊥ 5	⊥ 226		4	226
Centros de saúde	1	12	392	1	12	388	-	-	-

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Consultas nos centros de saúde	93 911	1 031 678	27 652 305	85 684	1 024 583	27 892 050	-	-	-
Farmácias (7)	7	85	2 888	8	96	3 074	8	95	3 065
Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde	492,8	465,3	350,2	494,6	414,5	368,6	-	-	-
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	15,6	19,9	35,9	⊥ 26,8	⊥ 27,9	⊥ 39,3	20,8	25,1	36,0
Empresas não financeiras (8)	-	-	-	3 723	33 423	1 112 000	-	-	-
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (8)	-	-	-	16 248	134 459	3 735 340	-	-	-
Sociedades constituídas	240	2 341	45 290	⊥ 119	⊥ 1 149	⊥ 31 986	153	1 194	32 060
Sociedades dissolvidas	19	122	6 858	⊥ 100	⊥ 937	⊥ 32 473	39	372	17 748
Bancos e caixas económicas	7	104	4 899	11	138	5 834	8	121	5 242
Habitantes por banco e caixa económica	6 406,4	4 174,7	2 115,3	4 316,4	3 138,7	1 809,7	5 921,9	3 548,2	1 994,9
População ativa (3)	22 588	198 601	4 990 208	⊥ 23 995	⊥ 201 173	⊥ 5 023 367	-	-	-
População empregada + População desempregada									

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Taxa de emprego (%) (3)	62,8	54,8	53,5	54,0	48,2	48,5	-	-	-
população empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos									
População empregada no sector primário (%) (3)	2,6	5,0	5,0	1,2	2,5	3,1	-	-	-
População empregada no sector secundário (%) (3)	65,7	59,9	35,1	55,9	51,1	26,5	-	-	-
População empregada no sector terciário (%) (3)	31,8	35,2	59,9	42,8	46,5	70,5	-	-	-
Trabalhadores por conta de outrem (%) (3)	84,7	82,9	81,6	84,6	83,1	81,2	-	-	-
Trabalhadores por conta própria isolados (%) (3)	5,9	6,3	6,3	5,5	6,2	6,6	-	-	-
Taxa de desemprego (%) (3)									
população desempregada por 100 activos	3,6	5,2	6,8	⊥ 13,2	⊥ 14,0	⊥ 13,2	-	-	-
Desempregados inscritos nos centros de emprego	717	12 346	324 680	2 706	28 488	551 944	3 758	36 889	707 807
Ofertas de emprego nos centros de emprego	31,0	223,6	-	39,2	277,2	-	46,8	453,8	-

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Pensionistas da Segurança Social	6 993	82 059	2 528 926	8 723	94 113	2 943 645	9 039	96 535	3 001 520
Reformados, aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações	-	-	-	926	9 922	591 777	969	10 428	613 896
Pensionistas da Segurança Social e da CGA em % da população residente	-	-	-	24,8	28,9	39,4	25,5	29,6	40,6
com 15 e mais anos									
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	-	-	-	2 341	26 302	448 107	1 402	17 497	360 372
Beneficiários do RSI em % da população residente	-	-	-	6,0	7,3	5,0	3,6	4,8	4,0
com 15 e mais anos									
Beneficiários do subsídio de desemprego	55	3 275	110 106	1 491	11 488	261 093	1 659	13 255	309 081
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente	0,2	1,0	1,3	3,8	3,2	2,9	4,2	3,7	3,5
com 15 e mais anos									
Despesas da Câmara Municipal por habitante (€)	-	-	-	676,7	601,0	670,1	496,1	557,6	676,7

	2001			2011			2013		
	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal	Lousada (Município)	Tâmega e Sousa (NUTS III)	Portugal
Receitas da Câmara Municipal por habitante (€)	-	-	-	657,5	599,9	689,8	516,4	577,1	670,8
Saldo financeiro da Câmara Municipal	-	-	-	- 910,2	- 485,9	207 862,2	960,7	8 382,8	- 61 601,0
€, milhares									
Receitas fiscais da Câmara Municipal (%)	-	-	-	14,5	15,9	30,9	19,1	18,2	32,6
Receitas da Câmara Municipal com IMI por habitante (€)	-	-	-	52,8	51,5	110,6	55,8	60,5	124,8
IMI = Imposto Municipal sobre Imóveis									
Transferências recebidas no total das receitas da Câmara Municipal (%)	-	-	-	68,0	69,5	50,3	58,3	66,5	48,2
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh)	2 091,2	2 111,0	3 912,2	2 814,3	2 794,8	4 655,7	Pro 2 444,7	Pro 2 549,9	Pro 4 424,9
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg)	-	-	-	21,7	-	71,4	-	-	-

Fontes

INE, APA/MAOTE, CGA/MEF, INAG/MAOTE, DGEEC/MEC, BP, II/MSESS, DGAI/MAI, ISS/MSESS, DGEG/MAOTE, DGPI/MJ, IGP, SEF/MAI, DGS/MS, DGO/MEF, ICA/SEC, IEPF/MSESS
© PORDATA (2015)

Notas

A implementação de mudanças metodológicas é assinalada por quebra de série. Mais informação sobre os dados apresentados, disponível clicando sobre cada indicador.

(1) - Os valores apresentados referem-se à população estrangeira com estatuto legal de residente.

(2) - Dados censitários.

(3) - Os valores apresentados referem-se ao município de residência da mãe (e não de nascimento da criança).

(4) - O ano apresentado corresponde ao último ano do par ano letivo.

(5) - O docente pode ser contabilizado tantas vezes quanto as instituições de ensino em que leciona. O docente é registado no município onde está localizada a sede do estabelecimento de ensino independentemente de lecionarem em polos de ensino que podem estar localizados noutros municípios.

(6) - Inclui postos farmacêuticos móveis.

(7) - Os valores apresentados consideram as empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes. Exclui as atividades financeiras e de seguros, a Administração Pública e Defesa e a Segurança Social Obrigatória.

ANEXO 2. INDICADORES DE REFERENCIA POR DIMENSÃO DE ANALISE

TRABALHO	Período	Valor	Fonte
Inatividade			
Pensionistas / Pop. Empregada	2012	0,45%	INE - MESS
% Pop. sem atividade económica (na pop. 15 ou mais anos)	2011	37,8%	INE - Censo 2011
% Famílias com 3 ou mais pessoas sem nenhuma pessoa ativa	2011	2,6%	INE - Censo 2011
% Mulheres 25-64 anos sem atividade económica face ao total das mulheres de 25-64 anos	2011	29,8%	INE - Censo 2011
% Homens 25-64 anos sem atividade económica face ao total de homens de 25-64 anos	2011	15%	INE - Censo 2011
% Pop. 15-64 anos sem atividade económica face ao total da pop. de 15-64 anos	2011	28,3%	INE - Censo 2011
Fraca intensidade laboral			
% Pop. empregada com menos de 15h de trabalho semanal	2011	4,0%	INE - Censo 2011
% Pop. empregada com menos de 30h de trabalho semanal	2011	6,8%	INE - Censo 2011
% Pop. empregada com menos de 35h de trabalho semanal	2011	8,3%	INE - Censo 2011
% Pop. sem atividade económica em que o trabalho é o principal meio de vida (na pop. 15 ou mais anos sem ativa. económica)	2011	3,63%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

TRABALHO	Período	Valor	Fonte
Desemprego e sub-dimensões do Desemprego			
Taxa de desemprego (Censo 2011)	2011	13,2%	INE - Censo 2011
Taxa de Variação dos beneficiários de subsídio de desemprego entre o triénio 2007/09 e o triénio 2010/12	médias dos triénios	50,8%	INE - IEFP
Taxa de desemprego nos censos - dif. 2011-2001	2011	9,6%	INE - Censo 2001 e 2011
% Pop. 15-24 anos desempregada na população ativa de 15-24 anos	2011	18,0%	INE - Censo 2011
% Pop. 30-50 anos desempregada na pop. ativa dos 30-50 anos	2011	11,1%	INE - Censo 2011
% Pop. 45-64 anos desempregada no total da pop. ativa desta faixa etária	2011	16,0%	INE - Censo 2011
Taxa de desemprego feminino (Censo 2011)	2011	14,7%	INE - Censo 2011
% Mulheres 25-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 25-64 anos	2011	14,0%	INE - Censo 2011
% Mulheres 15-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 15-64 anos	2011	14,8%	INE - Censo 2011
Taxa de desemprego masculino (Censo 2011)	2011	12%	INE - Censo 2011
% Homens 25-64 anos desempregados na população ativa masculina de 25-64 anos	2011	11,3 %	INE - Censo 2011
% Homens 15-64 anos desempregados na população ativa masculina de 15-64 anos	2011	12,0%	INE - Censo 2011
% Desempregados de longa duração (1 ano ou mais)	2013	50,6%	INE - IEFP
% Pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	2011	1,1%	INE - Censo 2011
% Pessoas em famílias com 2 ou mais ativos em que todos os ativos estão desempregados	2011	12,6	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com filhos em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos	2011	19,3%	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com filhos com menos de 25 anos de idade em que os pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <25 anos de idade	2011	11,2%	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos de idade em que em que o pais e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <15 anos de idade	2011	7,6%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

TRABALHO	Período	Valor	Fonte
Habilitações escolares			
Saída antecipada do sistema de ensino	2011	15,7%	INE - Censo 2011
Abandono escolar	2011	1,1%	INE - Censo 2011
% Pop 15-19 anos que não concluiu o 3º ciclo do ensino básico	2011	4,1%	INE - Censo 2011
Taxa de Analfabetismo	2011	5,1%	INE - Censo 2011
% População >15 anos sem nenhum nível de escolaridade	2011	5,7%	INE - Censo 2011
% População residente >15 anos só com o 1º ciclo do ensino básico	2011	35,7%	INE - Censo 2011
% População residente >15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	2011	57,6%	INE - Censo 2011
Desqualificação laboral			
% Pop. empregada nos grupos CNP 7,8,9 face ao total da pop. empregada	2011	61,9%	INE - Censo 2011
% Pop. empregada no grupo CNP 9 (trabalhadores desqualificados) face ao total da pop. empregada	2011	11,9%	INE - Censo 2011
% População ativa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico	2011	28,5%	INE - Censo 2011
% População ativa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	2011	50,4%	INE - Censo 2011
Incapacidade			
% Pop. >4 anos com deficiência (nº de deficiências)	2011	3,7%	INE - Censo 2011
% Pop. incapacitada permanente p/o trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	2011	1,64%	INE - Censo 2011
% Pop. 15-64 anos incapacitada permanente para o trabalho face ao total da população ativa de 15-64 anos	2011	2,6%	INE - Censo 2011
% Pop. 25-64 anos incapacitada permanente para o trabalho face ao total da população ativa de 25-64 anos	2011	2,8%	INE - Censo 2011
% Mulheres 15-64 anos incapacitados permanentes para o trabalho face ao total dos homens ativos de 15-64 anos	2011	2,4%	INE - Censo 2011
% Homens 15-64 anos incapacitados permanentes para o trabalho face ao total dos homens ativos de 15-64 anos	2011	2,7%	INE - Censo 2011
% Pop. cujo principal meio de vida são subsídios por doença ou acidente de trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	2011	3,47‰	INE - Censo 2011
Pensionistas por invalidez / 1.000 habitantes	média do triénio 2011-2013	30,4‰	ISS
Beneficiários de subsídio mensal vitalício / 1.000 habitantes	média do triénio 2011-2013	1,5‰	ISS

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

RENDIMENTOS	Período	Valor	Fonte
Rendimento			
Índice de Poder de Compra - Indicador per Capita	2011	64,55%	INE
TCO Ganho médio mensal (euros)	2011	689	INE- MEE
IRS <i>per capita</i> 2011	2011	218%	DGCI
Evolução do Rendimento			
Caixas Multibanco - Levantamentos Nacionais. Valor médio por operação (euros)	Diferença 2008-2012	-1	INE - SIBS
Famílias com baixos rendimentos			
% Beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários - 2011-2012-2013	Média do triénio 2011-2013	30,1%	INE - MESS
Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-11-12)	Média do triénio 2010-2012	52,3‰	INE - MESS
Prestações Sociais			
SS - Valor médio anual das pensões - Total (euros)	Média do triénio 2010-2012	4.088 €	INE - MESS
SS - Valor médio anual das pensões de invalidez	Média do triénio 2010-2012	4.283 €	INE - MESS
SS - Valor médio anual das pensões de velhice	Média do triénio 2010-2012	4.836 €	INE - MESS
SS - Valor médio anual das pensões de sobrevivência	Média do triénio 2010-2012	2.381 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões	Média do triénio 2011-2013	985 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões de invalidez	Média do triénio 2011-2013	754 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões de velhice	Média do triénio 2011-2013	1.309 €	INE - MESS
CGA - Valor médio das pensões de sobrevivência	Média do triénio 2011-2013	362 €	INE - MESS

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

RENDIMENTOS	Período	Valor	Fonte
Prestações Sociais			
% Pop. cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos)	2011	7,7%	INE - Censo 2011
% Pop. cujo principal meio de vida é a reforma ou pensão (na pop. 15 ou mais anos)	2011	18,4%	INE - Censo 2011
% Pop. desempregada cujo principal meio de vida é o subsídio de desemprego ou outro subsídio temporário (na pop. 15 ou mais anos)	2011	40,1%	INE - Censo 2011
Beneficiários do subsídio de desemprego por 100 ativos	2012	14,9	INE - IEFP
Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-11-12)	Média do triénio 2010-2012	52,3‰	INE - MESS
Poupança			
Depósitos de clientes por habitante (média do triénio 2010-11-12) - euros	Média do triénio 2010-2012	4,6%	INE
Endividamento			
Depósitos/ crédito concedido	Média do triénio 2010-2012	0,99%	INE
Depósitos/ crédito para habitação concedido	Média do triénio 2010-2012	1,4%	INE
Encargos com a habitação			
% Famílias com encargos de habitação (no total de famílias)	2011	48,6%	INE - Censo 2011
% Famílias com encargos de habitação > 200 euros (total de famílias)	2011	34%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

CONDIÇÕES DE VIDA	Período	Valor	Fonte
Condições deficitárias de habitação			
% Famílias em alojamentos partilhados	2011	1,6%	INE - Censo 2011
% Famílias em alojamentos clássicos superlotados	2011	13,3%	INE - Censo 2011
% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem banho	2011	2,1%	INE - Censo 2011
% Pessoas residentes em alojamentos familiares de residência habitual sem água	2011	4,3‰	INE - Censo 2011
Consumo doméstico de energia elétrica por hab. KWh	Média do triénio 2010-2012	1127	INE - MAOT
Fogos de habitação social por mil fogos	2012	14,3	INE
% Famílias em alojamentos não clássicos	2011	0,7‰	INE - Censo 2011
% Pessoas residentes em alojamentos de apoio social	2011	2,4‰	INE - Censo 2011
% Pessoas em barracas e casas rudimentares de madeira	2011	0,53‰	INE - Censo 2011
Isolamento			
% Pessoas que residem sozinhas	2011	3,1%	INE - Censo 2011
% Pessoas com mais de 65 anos que residem sozinhos face ao total de pessoas com mais de 65 anos	2011	13,8%	INE - Censo 2011
Criminalidade			
Crimes contra as pessoas, o património e a vida em sociedade por 1.000 hab.	Média do triénio 2010-2012	23,8%	INE - MJ
Autoconsumo			
% Empregados por conta-própria ou isolados e trabalhadores familiares não remunerados em profissões da agricultura ou pesca - CNP 6	2011	0,5%	INE - Censo 2011
% Agricultores de subsistência	2011	0,3%	INE - Censo 2011

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

GRUPOS VULNERÁVEIS	Período	Cálculo	Fonte
Género			
% Mulheres com menos de 20 anos com filhos sem atividade económica /mulheres <20 anos	2011	14,6‰	INE - Censo 2011
% Mulheres 15-19 anos casadas ou em união de facto no total das mulheres de 15-19 anos de idade	2011	21‰	INE - Censo 2011
% Mulheres solteiras com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	2011	17,5‰	INE - Censo 2011
% Mulheres solteiras desempregadas ou inativas com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	2011	8,2‰	INE - Censo 2011
Idade			
% Pop. <15 anos	2011	18,6%	INE - Censo 2011
% Pop. 15-24 anos	2011	13,9%	INE - Censo 2011
% Pop. 65 ou mais anos	2011	11,0%	INE - Censo 2011
% Pop. de 75 ou mais anos	2011	4,8%	INE - Censo 2011
Composição familiar			
% Famílias com 5 ou mais pessoas	2011	10,9%	INE - Censo 2011
% Núcleos familiares com 3 ou mais crianças	2011	1,6%	INE - Censo 2011
% Pessoas em famílias em que a maioria dos ativos está desempregada	2011	5,2%	INE - Censo 2011
% Famílias monoparentais no total de famílias com núcleo	2011	9,0%	INE - Censo 2011
% Famílias monoparentais com crianças face ao total dos núcleos familiares	2011	4,1%	INE - Censo 2011
% Famílias monoparentais com 2 ou mais filhos face ao total dos núcleos familiares	2011	4,1%	INE - Censo 2011
% Famílias polinucleares nas famílias com núcleos	2011	5,0%	INE - Censo 2011
% Pessoas em famílias institucionais	2011	0,2%	INE - Censo 2011
% Pessoas com mais de 65 anos que residem sem familiares face ao total de pessoas com mais de 65 anos	2011	16,4%	INE - Censo 2011
% Nados vivos fora do casamento sem coabitação dos pais	Média do triénio 2010-2012	10,9%	INE

Indicadores das Dimensões de vulnerabilidade à Pobreza e Exclusão Social (cont.)

GRUPOS VULNERÁVEIS	Período	Valor	Fonte
População imigrante estrangeira			
% População residente de nacionalidade estrangeira	2011	5,5‰	INE - Censo 2011
População estrangeira com estatuto legal de residente por 1.000 hab.	2012	3,7‰	INE - MAI
% População de nacionalidade estrangeira de - Ásia, África, América do Sul e Europa de leste	2011	4,3‰	INE - Censo 2011
Estrangeiros com estatuto de residentes - Brasil - por 1.000 hab.	2012	1,4‰	INE - MAI
Estrangeiros com estatuto de residentes - Ucrânia, Roménia, Moldova - por 1.000 hab.	2012	0,6‰	INE - MAI
Estrangeiros com estatuto de residentes - Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé - por 1.000 hab.	2012	0,4‰	INE - MAI
% Residentes no estrangeiro em países da Ásia, África, América do Sul e da Europa de leste que o concelho atraiu, relativamente a 2005	2011	1,2‰	INE - Censo 2011
População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 1.000 hab.	Média do triénio 2010-2012	1,0‰	INE - MAI
GRUPOS DE RISCO	Período	Valor	Fonte
HIV			
População infetada com HIV por 10.000 hab.	2012	5,06%	Min. Saúde CVEDT
Toxicodependentes			
Tráfico e consumo de droga: presumíveis infratores	Triénio 2010-2012	2,7%	IDT
Tráfico e consumo de droga: Utentes em tratamento (Rede pública) / 10.000 hab.	2012	19,6%	IDT
Crianças e jovens em risco			
Crianças e Jovens em risco CPCJ por 10.000 hab.	2012	84,0%	CPCJ
Crianças institucionalizadas por 10.000 hab.	2013	4,2%	CPCJ
População sem-abrigo			
Nº de pessoas sem abrigo por 10.000 hab.	2011	0,4	INE - Censo 2011
Beneficiários de Processos Familiares Ativos Sem Abrigo por 10.000 hab.	2013	2,5	ISS